



Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Educação – DEDC
Campus – VIII Paulo Afonso – Bahia
Curso de Bacharelado em Arqueologia



JULIANA RIBEIRO DOS SANTOS COSTA

**ESTUDO DO MATERIAL CERÂMICO DO SÍTIO DANIELA,
MUNICÍPIO DE CORRENTINA, BAHIA**

Paulo Afonso
2018

JULIANA RIBEIRO DOS SANTOS COSTA

**ESTUDO DO MATERIAL CERÂMICO DO SÍTIO DANIELA, MUNICÍPIO DE
CORRENTINA, BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Arqueologia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharelado em Arqueologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Cleonice de Souza Vergne

Paulo Afonso
2018

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Dados fornecidos pelo autor

C837e

COSTA, Juliana Ribeiro dos Santos

Estudo do Material Cerâmico do Sítio Daniela, Município de Correntina, Bahia / Juliana Ribeiro dos Santos COSTA.-- Paulo Afonso, 2018.

117 fls : il.

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a Maria Cleonice Souza Vergne.

Coorientador(a): Prof.^a Ma. Manoela Carvalho da Silva.

Inclui Referências

TCC (Graduação - Arqueologia) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Câmpus VIII. 2018.

1. Cerâmica. 2. Vestígio. 3. Arqueologia. 4. Banco de Dados Estatístico.

CDD: 666

Folha de Aprovação

**ESTUDO DO MATERIAL CERÂMICO DO SÍTIO DANIELA, MUNICÍPIO DE
CORRENTINA, BAHIA**

Trabalho de Conclusão de Curso/TCC apresentado no Curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito para obtenção do título de Bacharel em Arqueologia.

Aprovado em 18 de Dezembro de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Cleonice Souza Vergne
Universidade do Estado da Bahia – DEDC Campus VIII

Prof.^a Ma. Jamile Silva Silveira
Universidade do Estado da Bahia – DEDC Campus VIII

Prof.^a Ma. Fátima Cristina da Silva Oliveira
Universidade do Estado da Bahia – DEDC Campus VIII

Paulo Afonso-BA
2018

Dedico este trabalho a minha Amada Mãe, minha companheira de jornada, que esteve junto a mim durante toda minha existência, muitas vezes deixando de lado os seus objetivos para apoiar os meus. Apenas nós duas sabemos o que passamos para que eu chegasse até aqui. Esta Vitória é Nossa! Te Amo!!

AGRADECIMENTOS

Sou grata a Deus por nunca me deixar desistir apesar das dificuldades e sempre renovar minhas esperanças.

À Nossa Senhora Aparecida e São Francisco de Assis por serem no céu meus intercessores.

A minha amada mãe, Eva Ribeiro dos Santos Costa, minha heroína, por todo seu apoio, pela sua dedicação exclusiva, amor incondicional e incansáveis orações e ao meu pai João Ribeiro Costa (*In Memoriam*) que hoje olha por mim de outra dimensão.

Agradeço o apoio da minha querida e única irmã, Adriana, e não poderia deixar de mencionar a minha família Ribeiro Costa, meus tios e tias (especialmente, Tia Maria, por todo seu amor, carinho e atenção), primos e primas que sempre me incentivaram.

Ao meu querido amigo, que se tornou meu irmão do coração, Vitor Batista, pelo apoio incondicional, meu companheiro de todas as horas: sorrisos, angústias, insegurança, lágrimas, mau-humor, euforia, noites em claro e Nas crises, tornando a jornada mais suave.

Aos novos amigos que conquistei, em especial, Renato Natan, por todo seu apoio, por suas consultorias tecnológicas e seu abraço aconchegante nos momentos difíceis. As minhas “Marias”: Janaina Souza e Larissa Cruz, pelo apoio e atenção a mim dedicados, aos velhos amigos que souberam compreender a minha ausência e aos meus colegas de turma pelas vivências compartilhadas.

A Prof^a. Edinaide Ribeiro (Tia Nininha), aquela que me deu o “ponta pé inicial”.

A minha orientadora, Dr^a Cleonice Vergne, por todos os seus ensinamentos (muitos não se encontram em livros), por seu apoio e dedicação, indo além do profissionalismo com seus conselhos e aconchego de mãe e amiga. Gratidão também, pelo seu “papel” fundamental na realização e andamento do Curso.

Ao Prof^o. Me. Salomão Vergne, pelas dúvidas tiradas e pelos direcionamentos, quando não parecia mais haver saída. Obrigada por ser um dos idealizadores do Curso de Bacharelado em Arqueologia, do qual hoje eu orgulhosamente faço parte.

Aos mestres (as): Jacques Fernandes, Jailma Maria e Rita de Cássia, por despertarem em mim a vontade de escrever.

Ao Me. João Cabral de Medeiros, por seu apoio e empréstimo de livros.

A Ma. Floriza Sena, que por diversas vezes emprestou seu “ombro amigo” nos momentos de angústias.

Aos Professores, Especialistas, Mestres e Doutores: Alzeni Tomaz, Bruno Heim, Elis Rejane, Eloy Lago, Everson Fogolari, Fátima Oliveira, Jamile Silveira, Kilma Manso, Natan Pereira, Paulo Wataru, Rildo Santos, Rhoneds Aldora e Wbaneide Martins, por suas contribuições.

A Kedma Guedes, por suas contribuições.

Por fim, agradeço a Universidade do Estado da Bahia - UNEB/CAMPUS – VIII, especialmente a Ma. Susana Menezes Luz, Diretora do Departamento, por todo seu empenho em prol do Curso de Arqueologia, e ao Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso/CAAPA, em particular, a Ma. Manoela Carvalho da Silva, minha coorientadora, por seus ensinamentos, por seu apoio na busca de bibliografia, por sua atenção e paciência. A Admilson (Marcão) pela presença e apoio nesses quatro anos e meio e a Agostinho pelo carinho e atenção.

COSTA, Juliana Ribeiro dos Santos. Estudo do Material Cerâmico do Sítio Daniela, Município de Correntina, Bahia. 2018. 117f. Trabalho de Conclusão de Curso/TCC (Bacharelado em Arqueologia) – Universidade do Estado da Bahia - UNEB. Departamento de Educação – Campus VIII. Paulo Afonso, BA.

RESUMO

O presente TCC intitulado Estudo do Material Cerâmico do Sítio Daniela, Município de Correntina, Bahia, tem como objeto de estudo o material cerâmico do Sítio Arqueológico Daniela, localizado no Município de Correntina, no Extremo Oeste da Bahia. O material cerâmico é proveniente da Pesquisa e Resgate Arqueológico ocorrido na fase de implantação da BR 135, realizado pela Empresa HABITUS. O material arqueológico encontra-se depositado por endosso pelo Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso/CAAPA. Tais vestígios cerâmicos constituem um testemunho da presença humana pretérita na região em estudo. Sabemos que desde os tempos pré-históricos o homem busca meios para sua sobrevivência, da procura por recursos alimentares à fabricação de utensílios e ferramentas que facilitassem sua vida cotidiana. Pode-se dizer que a cerâmica foi uma significativa invenção humana e no decorrer do tempo adquiriu funcionalidades diferenciadas. A análise aplicada à cerâmica contextualiza diversos fatores associados à sua fabricação, utilização e descarte. A Arqueologia torna-se ciência relevante para as interpretações quantitativas e qualitativas associativas a análise da cerâmica, produzindo a ampliação do saber arqueológico. O objetivo deste estudo é criar um Banco de Dados no que tange às características estatísticas, tecnopológicas referentes à morfologia do fragmento tipo de aditivo, superfície externa e tipo de bojo. Teremos como aporte teórico-metodológico os estudos de Betty J. Meggers e Cliffford Evans (1970), Everson Paulo Fogolari (2014) e Leroi-Gourhan (1981) que atendem à uma metodologia descritivo-bibliográfica e documental. Este estudo se torna relevante por contribuir com um novo olhar referente às interpretações contextuais sobre esse acervo, oriundo do Sítio Arqueológico Daniela.

Palavras-chave: Cerâmica. Vestígio. Arqueologia. Banco de Dados Estatístico.

ABSTRACT

The purpose of this study is to study the ceramic material of the Daniela Archaeological Site, located in the Municipality of Correntina, in the Extreme West of Bahia. The ceramic material comes from the Research and Archaeological Rescue that occurred during the implementation phase of BR 135, carried out by HABITUS. The archaeological material is deposited by endorsement by the Center of Archeology and Anthropology of Paulo Afonso / CAAPA. Such ceramic remains are a testimony of past human presence in the region under study. We know that since prehistoric times man has sought means for his survival, from the search for food resources to the manufacture of utensils and tools that facilitate his daily life. It can be said that pottery was a significant human invention and in the course of time has acquired differentiated functionalities. The analysis applied to ceramics contextualizes several factors associated with its manufacture, use and disposal. Archeology becomes relevant science for the quantitative and qualitative interpretations associative to the analysis of the pottery, producing the amplification of the archaeological knowledge. The objective of this study is to create a database with regard to the statistical characteristics, techno-typological referring to the morphology of the additive type fragment, external surface and type of bulge. We will have as a theoretical-methodological contribution the studies of Betty J. Meggers and Cliffford Evans (1970), Everson Paulo Fogolari (2014) and Leroi-Gourhan (1981) that meet a descriptive-bibliographic and documentary methodology. This study becomes relevant for contributing a new look regarding the contextual interpretations on this collection, originating from the Daniela Archaeological Site.

Keywords: Ceramics. Trace. Archeology. Statistical Database.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantitativo da Morfologia do Fragmento.....	70
Gráfico 2: Quantitativo do Tipo de Bojo	71
Gráfico 3: Tratamento de Superfície Externa.....	71
Gráfico 4: Quantitativo do Tipo de Aditivo.....	72
Gráfico 5: Morfologia do fragmento.....	72
Gráfico 6: Tipo de Bojo	73
Gráfico 7: Superfície Externa	73
Gráfico 8: Tipo de Aditivo	74

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da vista satélite de Correntina	37
Figura 2: Foto do contexto geral do Sítio Daniela.....	63
Figura 3: Mapa da vista satélite do Sítio Daniela.....	64
Figura 4: Foto do material cerâmico coletado em superfície.....	67
Figura 5: Foto da equipe em campo delimitando as quadrículas	68
Figura 6: Foto do momento final da escavação	68

LISTA DE FOTOGRAFIA

Fotografia 1 – Fragmento de cerâmica etiqueta 427	75
Fotografia 2 – etiqueta 428	76
Fotografia 3 – etiqueta 429	76
Fotografia 4 – etiqueta 430	77
Fotografia 5 – etiqueta 431	77
Fotografia 6 – etiqueta 432	78
Fotografia 7 – etiqueta 433	78
Fotografia 8 – etiqueta 434	79
Fotografia 9 – etiqueta 435	79
Fotografia 10 – etiqueta 436	80
Fotografia 11 – etiqueta 437	80
Fotografia 12 – etiqueta 439	81
Fotografia 13 – etiqueta 440	81
Fotografia 14 – etiqueta 441	82
Fotografia 15 – etiqueta 442	82
Fotografia 16 – etiqueta 443	83
Fotografia 17 – etiqueta 445	83
Fotografia 18 – etiqueta 446	84
Fotografia 19 e 20 – etiqueta 447	84
Fotografia 21 – etiqueta 448	85
Fotografia 22 – etiqueta 449	85
Fotografia 23 – etiqueta 450	86
Fotografia 24 – etiqueta 451	86
Fotografia 25 e 26 – etiqueta 452	87
Fotografia 27 – etiqueta 453	87
Fotografia 28 – etiqueta 454	88
Fotografia 29 – etiqueta 455	88
Fotografia 30 – etiqueta 456	89
Fotografia 31 – etiqueta 457	89
Fotografia 32 – etiqueta 458	90

Fotografia 33 – etiqueta 460	90
Fotografia 34 – etiqueta 469	91
Fotografia 35 – etiqueta 470	91
Fotografia 36 e 37 – etiqueta 471 e outros... ..	92
Fotografia 38 – etiqueta 471 e outros... ..	92
Fotografia 39 e 40 – etiqueta 463 e outros... ..	93
Fotografia 41 – etiqueta 08... ..	93
Fotografia 42 – etiqueta 09... ..	94
Fotografia 43 – etiqueta 13... ..	95
Fotografia 44 – etiqueta 18... ..	95
Fotografia 45 – etiqueta 19... ..	96
Fotografia 46 – etiqueta 20... ..	96
Fotografia 47 – etiqueta 21... ..	97
Fotografia 48 – etiqueta 26... ..	97
Fotografia 49 – etiqueta 28... ..	98
Fotografia 50 – etiqueta 41... ..	98
Fotografia 51 – etiqueta 42... ..	99
Fotografia 52 – etiqueta 43... ..	99
Fotografia 53 – etiqueta 45... ..	100
Fotografia 54 – etiqueta 46... ..	100
Fotografia 55 – etiqueta 50... ..	101
Fotografia 56 – etiqueta 53... ..	101

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 BASES FÍSICAS DA REGIÃO	18
1.1 Bases Físicas da Região Nordeste	18
1.2 Bases Físicas do Oeste da Bahia	19
2 CRONOLOGIA DE OCUPAÇÃO HUMANA DA REGIÃO EM TEMPOS PRÉTERITOS (OESTE BAIANO)	22
2.1 Vestígios: uma forma de compreender o passado	22
2.2 A Presença do Homem na América	23
2.3 Ocupação Humana no Nordeste	28
2.4 Ocupação Humana na Bahia	29
2.4.1 Ocupação Humana no Extremo Oeste Baiano.....	33
2.4.2 Ocupação Humana em Correntina	37
3 CERÂMICA ARQUEOLÓGICA: UM TESTEMUNHO DAS CULTURAS DESAPARECIDAS	40
3.1 Breve Histórico da Cerâmica	41
3.1.1 Os Grupos Portadores da Tradição Ceramista Aratu	45
3.1.2 Os Grupos Portadores da Tradição Ceramista Tupiguarani.....	49
3.2 Perfil da Cerâmica Arqueológica	52
3.2.1 Material Cerâmico	52
3.2.2 Método de Manufatura	53
3.2.3 Acabamento de Superfície	53
3.2.4 Decoração	54
3.2.5 Classificação e Tipologia	56
4 METODOLOGIA DA PESQUISA	59
5 CONTEXTO DO SÍTIO DANIELA, NA CONCEPÇÃO DA OCUPAÇÃO HUMANA EM TEMPOS PRETÉRITOS	63

5.1 O Material Cerâmico do Sítio Daniela	69
5.1.1 Acervo Diagnóstico.....	70
5.1.2 Acervo Salvamento	72
5.2 Levantamento Imagético	75
5.2.1 Acervo Diagnóstico.....	75
5.2.2 Acervo Salvamento	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS.....	109
APÊNDICES	113

INTRODUÇÃO

O presente TCC intitulado Estudo do Material Cerâmico do Sítio Daniela, Município de Correntina, Bahia, tem como objeto de estudo o acervo oriundo do Salvamento do Sítio Daniela, no que tange às características estatísticas, tecno-tipológicas referentes à morfologia do fragmento, tipo de aditivo, superfície externa e tipo de bojo, e através das variáveis observadas, compor um Banco de Dados Estatístico, ficando este disponível para estudos futuros. O Sítio Arqueológico Daniela, está localizado na margem da BR 135, no Município de Correntina, no Oeste da Bahia. O material cerâmico ao qual se refere o estudo foi obtido durante o processo de diagnóstico prospectivo em 2010 e Salvamento Arqueológico em 2014, ocorridos na implantação da BR 135, realizado pela Empresa HABITUS, tendo como Coordenador Responsável o Dr. Everson Paulo Fogolari. O material arqueológico proveniente do salvamento em questão se encontra sob a salvaguarda do Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso/CAAPA sob a responsabilidade da Dr^a. Cleonice Vergne.

O material cerâmico coletado no Sítio Daniela corrobora a presença humana pretérita na região de grupos ceramistas. As características físicas e ambientais da região em estudo possivelmente tornaram a região atrativa e propícia à ocupação humana em diferentes períodos, por se tratar de um território banhado por diversas redes hídricas, por possuir minérios e por ser rota de transição entre regiões diversas que davam acesso ao ciclo do ouro.

O processo de povoamento não ocorreu da mesma maneira, nem tampouco ao mesmo tempo em todo o globo. Pode-se dizer que história da humanidade começou a milhares de anos atrás, quando o mundo era completamente diferente dos nossos dias atuais. Sabe-se que o mundo como conhecemos hoje, passou por mudanças climáticas e ambientais, que influenciaram direta ou indiretamente, a vida no planeta como um todo. Grupos humanos desde os tempos pré-históricos migraram de um continente a outro e migraram de uma região para outra, deixando seus vestígios por onde passaram (registro rupestre, ferramentas talhadas na pedra, utensílios cerâmicos, etc.), onde estabeleceram diversas formas de habitação, seja moradia

permanente ou ocupação sazonal. Tais vestígios deixados por diferentes grupos étnicos e em diferentes períodos da história humana (pré-história, período colonial e pós-colonial) se transformam hoje em um testemunho da presença desses povos do passado, conservando parte de sua história e de seus traços culturais.

A arqueologia por ser uma ciência que investiga as sociedades através da cultura material e imaterial remanescente, busca compreender parte da história desses povos que se encontra atrelada a esses vestígios, inferindo comportamento humano a tais comunidades que os produziram, bem como busca estabelecer, através de datações, cronologias precisas quanto ao período de existência de tais vestígios e, conseqüentemente, de seus portadores.

A cerâmica é um dos vestígios predominantemente encontrado em pesquisas arqueológicas e remonta a diversos períodos, por se tratar de uma prática milenar que faz parte da bagagem cultural do homem, desde a pré-história até os dias atuais. Apesar de ser encontrada predominantemente fragmentada devido à sua fragilidade, é um dos vestígios arqueológicos que melhor conserva suas características ao longo do tempo sendo, portanto, relevante no registro arqueológico, constituindo assim um dos principais objetos de estudo da arqueologia.

Os estudos referentes à cerâmica no Brasil começaram há bastante tempo, antes da década de 60. Todavia, foi com a implantação do Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRONAPA) por volta de 1965, coordenado por Betty J. Meggers e Cliffford Evans, que os estudos foram intensificados. Tais pesquisas tornaram possível a descoberta de diversos sítios ceramistas, os quais proporcionaram o estabelecimento de tradições com base nos traços culturais observados na cerâmica encontrada.

Na região nordeste do Brasil, onde está localizada a Bahia, o estado que abriga a região do sítio em estudo, foi encontrado dois horizontes culturais de ampla dispersão, denominados de Tradição Aratu e Tradição Tupiguarani, cada uma com características próprias que as distinguem entre si. Todavia, vale destacar que os vestígios cerâmicos encontrados nesse território não se limitam apenas a essas duas grandes tradições ceramistas.

Pode se dizer que a cerâmica foi uma relevante invenção humana e no decorrer do tempo adquiriu funcionalidades diferenciadas e técnicas e tecnologias de fabrico mais avançadas, todavia o principal componente para sua composição continua sendo a argila, associada a temperos ou não. Apesar de não termos dados precisos quanto ao surgimento da cerâmica, podemos considerar que seu aparecimento surgiu da necessidade dos grupos em facilitar aspectos de sua vida cotidiana, tendo em vista que o homem sempre buscou diversas maneiras para tal, seja com relação à captação de recursos, como alimentação, água, matéria-prima, bem como na escolha de moradia e fabricação de ferramentas e utensílios, nas diversas fases de sua existência.

O estudo da cerâmica serve como um identificador de culturas, através da análise dos atributos cerâmicos associados ao contexto dos sítios, é passível identificar como viveram determinados grupos sociais e diversos fatores associados à fabricação, utilização e descarte. Ou seja, há uma variedade de problemas que podem ser observados e respondidos a partir da análise dos vestígios cerâmicos, tornando-se fundamental o estudo minucioso para que se consiga coletar e registrar o máximo de informações possíveis. No estudo e classificação da cerâmica arqueológica, devem-se levar em consideração diversos aspectos, como as características técnico-morfológicas as quais englobam a decoração, a forma, a cor, a função social, entre outros, bem como o perfil físico-químico, que se refere à composição química e mineralógica dos vestígios.

O estudo da cerâmica possui, portanto, um amplo potencial interpretativo capaz de responder vários questionamentos sobre o comportamento sociocultural de determinados grupos, tais como: Quem a produziu? Está inserida dentro de alguma tradição cultural? Qual a técnica utilizada? Qual a função social da peça? Qual o simbolismo da cerâmica? Estas são algumas das problemáticas que pautam os estudos cerâmicos. Todavia, neste estudo nos deteremos apenas em traçar o perfil do material cerâmico do sítio em estudo. Procuraremos observar se há diferenças técnicas entre os objetos cerâmicos do Acervo Diagnóstico e os do Acervo Salvamento, se possuem ou não relação entre si, ou se são independentes.

Quanto aos objetivos específicos optamos, *a priori*, por elencar as bases físicas da região. Em seguida, buscamos contextualizar a cronologia do Extremo Oeste no que

tange às ocupações humanas pretéritas. O próximo passo foi contextualizar a cerâmica no território em estudo e o Sítio Arqueológico Daniela, na concepção da ocupação humana em tempos pretéritos, seguido da descrição da pesquisa arqueológica no referido sítio e, por fim, apresentar o material cerâmico. Este estudo torna-se relevante tendo em vista se tratar de um estudo preliminar do acervo oriundo do Sítio Daniela, trazendo contribuição significativa tanto para comunidade acadêmica como para a Arqueologia, por contribuir com um novo olhar sobre as interpretações contextuais sobre esse acervo. Teremos como aporte teórico-metodológico os estudos de André Prous (2007), Betty J. Meggers e Cliffford Evans (1970), Everson Paulo Fogolari (2014), Leroi-Gourhan (1981), Igor Chmyz (1976) e Maria das Dores Cruz e Virgílio Hipólito Correia (2007). A pesquisa caracteriza-se quanto aos seus objetivos como descritiva, do ponto de vista dos procedimentos técnicos configura-se como: bibliográfica e documental.

O presente TCC está estruturado em cinco capítulos. No Capítulo 1 buscamos contextualizar as bases físicas da região em estudo, para uma melhor compreensão sobre as características físico-ambientais que possivelmente influenciaram o desbravamento do território, tendo em vista que o homem sempre optou por habitar locais em que os recursos disponíveis de alguma maneira lhes facilitassem a vida. O Capítulo 2 traz uma breve explanação do deslocamento humano na região em tempos pretéritos, iniciando pela ocupação humana na América, até chegar a região em estudo. Já o Capítulo 3 aborda a cerâmica arqueológica, com ênfase nos estudos cerâmicos, nos processos de fabrico, e na análise desses fatores. O Capítulo 4 descreve a metodologia utilizada para o desenvolvimento deste trabalho. No capítulo 5, intitulado: Contexto do Sítio Daniela, na concepção da ocupação humana em tempos pretéritos, é exibido à área de estudo e a discussão da pesquisa, com ênfase no processo de ocupação desse território em tempos pretéritos, e em seguida são apresentados os resultados da análise através do banco de dados estatístico, bem como o levantamento imagético do material cerâmico estudado. Por fim, estabeleceremos as considerações finais referentes aos resultados obtidos através do estudo desenvolvido.

1 BASES FÍSICAS DA REGIÃO

1.1 Bases Físicas da Região Nordeste

A Região Nordeste do Brasil desde os primórdios agrega uma biodiversidade vegetal composta por caatinga, floresta subcaducifólia, mata atlântica e cerrado, como assinala Martin,

Entre as duas grandes bacias fluviais da América do Sul, porém muito afastada de ambas, a região nordeste do Brasil, com 1.548.672 Km², tem quase 50% do seu espaço regional ocupado por terras semiáridas nas quais domina a Caatinga, ladeada pela Mata Atlântica que ocupava todo o nosso litoral em tempos pretéritos. Compõem também, a grande área nordestina, a floresta subcaducifólia e o cerrado. (MARTIN, 1996, p.35).

Com relação aos recursos hidrográficos da região Nordeste, Martin, aponta que:

Em grande parte, a região semi-árida nordestina estende-se por depressões interplanálticas, na forma de intermináveis colinas, situadas entre maciços antigos. Estas colinas estão sulcadas por rios e riachos intermitentes, que junto aos caldeirões e olhos d'água foram os únicos recursos hídricos das populações pré-históricas adaptadas à aridez dos sertões. (MARTIN, 1996, p. 37).

A exceção da assertiva exposta por Martin (1996) é o Rio São Francisco e o Rio Parnaíba que se mantêm caudalosos mesmo com longos períodos de estiagem.

A geomorfologia da região é composta por cuestras, depressão periférica e chapadões. De acordo Martin,

Na classificação do relevo brasileiro, proposta por Ab' Saber, o Nordeste ocupa o Planalto do Meio-Norte ou do Maranhão-Piauí, formado por um sistema de 'cuestras' e chapadões tubuliformes na bacia do Maranhão-Piauí, área onde se processa a transição da província morfoclimática nordestina para a Amazônia Oriental, e o Planalto Nordestino ou da Borborema com as chapadas circundantes, depressões periféricas semi-áridas e 'cuestras' de 'front' interno. (MARTIN, 1996, p. 37).

Quanto à fauna, a região Nordeste, foi palco para diversos animais da megafauna, entre estes, a preguiça gigante, o tigre-dentes-de-sabre e o tatu-bola.

1.2 Bases Físicas do Oeste da Bahia

O Oeste Baiano destaca-se pelas suas características de ocupação do solo, bem como por seus aspectos sociais, culturais, econômicos e sua biodiversidade. De acordo com Sobrinho,

A Mesorregião Oeste do Estado da Bahia é formada por 24 municípios, localizada na margem esquerda do Rio São Francisco, no seu médio vale. Ao sul, limita-se com o Estado de Minas Gerais; a oeste, com os Estados de Goiás e Tocantins; ao norte, com o Estado do Piauí e, a leste, com o rio São Francisco. (SOBRINHO, 2012, p. 24).

A região Oeste da Bahia apresenta aspectos físico-ambientais característicos, que se distinguem dos demais territórios do estado da Bahia. Neste sentido Rebouças, aponta que:

As características naturais mais marcantes do Oeste Baiano são o clima, o relevo e a rede hidrográfica. O clima predominante é o Tropical Continental, caracterizado por dois períodos bem distintos: um chuvoso e outro seco, verão e inverno, respectivamente, o território possui também clima Tropical Semi-Árido. O relevo é composto por duas unidades, a Depressão Sertaneja e o Chapadão Ocidental do São Francisco. (REBOUÇAS, et al, s.a, p.1).

Em relação às suas características morfoclimáticas, a região apresenta uma mistura de relevo plano e colinado e a vegetação em grande parte se constitui como sendo caatinga e cerrado e/ou chapadões gerais, como também é chamado. A esse respeito, Sobrinho, assinala que:

Conforme suas características morfoclimáticas, esta área pode ser dividida em duas partes: uma porção mais baixa, situada na depressão do São Francisco, e outra mais elevada, constituída de planalto, na região também conhecida como **gerais** ou **chapada**. A porção mais baixa se estende da calha do rio São Francisco até a borda do planalto. Esta área é encoberta em grande parte pela vegetação de caatingas e se constitui de relevo predominantemente plano. Em direção à borda do planalto, encontra-se relevo colinado e de inclinação mais acentuada, conforme dela se aproxima. A porção mais elevada, o planalto, é constituída de amplos tabuleiros e adentra-se para o oeste até o contato com a Serra Geral de Goiás, ao sudoeste, e com o Espigão Mestre ao Norte. Esta área é encoberta pela vegetação de cerrados em seu contato com as caatingas, que predominam na parte baixa e se estendem para a região Nordeste do país, mais precisamente ao sertão semiárido. (SOBRINHO, 2012, p. 25).

A região Oeste da Bahia é banhada por uma ampla rede hidrográfica, dentre as quais se destacam o Rio São Francisco, o Rio Corrente e o Rio Grande, conforme aponta o Ministério do Desenvolvimento Agrário,

A bacia do Rio Corrente situa-se na região oeste da Bahia, está localizado em uma das extremidades do estado, limitando-se ao Sul com a bacia do Rio Carinhonha (divisa com Minas Gerais), ao norte com a bacia do Rio Grande, a leste com o Rio São Francisco e a oeste com a bacia do Rio Tocantins, limite da divisa entre os estados da Bahia e de Goiás. O Território da Bacia do Rio Corrente é o 23º território de identidade do estado da Bahia e a cidade pólo está a 930 km de Salvador (capital baiana). (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p. 10).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário,

O Território da Bacia do Rio Corrente é formado por onze municípios, sendo eles: Santa Maria da Vitória (município sede), Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santana, São Felix do Coribe, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho, e está localizado na Região Oeste do Estado da Bahia, com área total de 43.613,7 km² e com uma população total de 200.688 de habitantes. Representa 8% da dimensão territorial da Bahia e tem Correntina e Canápolis como os municípios de maior e menor áreas respectivamente. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p. 11).

No Oeste da Bahia encontra-se uma diversidade de ecossistemas (clima, relevo, tipo de solo, etc.). Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário,

O clima do Território da Bacia do Rio Corrente é seco, sub-úmido e semi-árido. Existem de duas estações bem definidas. Uma chuvosa, com períodos que perduram de 4 a 5 meses (entre outubro e março). A outra, a estação da seca, traz o período de estiagem todo restante do ano. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p. 18).

Quanto aos tipos de solos, conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário,

Na Bacia do Rio Corrente, verifica-se a predominância das seguintes classes de solos; latossolos vermelho-amarelos, cambissolos e areias quartzosas. Classificação. Além destes, entretanto em menor quantidade, existem latossolos vermelho-escuro, podzólico vermelho-amarelo eutrófico, vertissolo, solos litólicos, solos aluviais e solos hidromórficos gleizados. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p. 19).

Em relação às características dos solos, alguns são considerados férteis, facilitando o desenvolvimento da agricultura, por exemplo, outros não apresentam às características propícias a produtividade. Nesse sentido, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, assinala que:

Os latosolos vermelhos--amarelos são solos que tem características físicas com texturas, de profundidade, permeabilidade, drenagem, porosidade, todas propícias ao desenvolvimento das culturas. As características químicas, no entanto, apresenta algumas limitações, pois são solos com baixa saturação de bases e altas saturação de alumínio, o que resulta numa fertilidade natural baixa. além disso possuem uma baixa capacidade de troca de cátions, requerendo aplicação de corretivos e de adubação para o desenvolvimento da agricultura. Já os Cambissolos que ocupam grandes porcentagem da área da bacia do rio corrente, suas propriedades químicas são propícias ao uso da agrícolas, pois apresentam fertilidades naturais. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p. 19).

O estudo da fauna e da flora de determinada região é relevante, pois pode nos fornecer dados referentes aos recursos naturais presentes em tal região, bem como informações sobre uso desenfreado e predatório como o desmatamento e a caça, por exemplo, que podem ocasionar a extinção dessas espécies. De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário,

A extinção da fauna e da flora em todo o vale da Bacia do Rio Corrente é relevante. Espécimes como Pau-pintado, Barriguda Lisa, Cedro, Pau Branco, Aroeira, Jacarandá, Capinaçú, Coração de Nego e da flora medicinal como Unha-Danta, Quina, Barbatimão, Caroba, Angico e Mesquinha entre outras; Onça, Jaguatirica, Suçuarana, Capivara, Paca, Caititú, Queixada, Veado, Cutia, Tatu Canastra, Lobo Guará, Raposa, Gato do Mato, Maracajá, Tamanduá, Jacaré, Sucuri, Lontra, Garça etc. Pássaros como Marreco, Jacu, Ema, Seriema, Papagaio e Arara, Curió, Zabelê, Pintassilgo e Pomba Verdadeira. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p. 20).

Conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2010, p. 24), “A região da Bacia do rio corrente é rica em minerais, tais como argilas, maganês, areias, quartzo, calcário, cobre e pedras ornamentais (ardósia) abundantemente empregadas na construção civil”.

As bases físicas da região Oeste da Bahia elencam as características e potencialidades físico-ambientais que possivelmente tornaram a região atrativa e propícia à ocupação humana tanto em tempos longínquos quanto na atualidade, pois, a região ainda representa um local de escolha para moradia atualmente.

2 CRONOLOGIA DE OCUPAÇÃO HUMANA DA REGIÃO EM TEMPOS PRÉTERITOS (OESTE BAIANO)

2.1 Vestígios: uma forma de compreender o passado

O mundo como conhecemos atualmente passou por várias transformações físico-ambientais no decorrer das eras e foi habitado por diferentes grupos étnicos, cada um com suas peculiaridades, deixaram suas “marcas” nos territórios por onde passaram, fosse este local de moradia permanente ou de ocupação sazonal.

Os vestígios arqueológicos remanescentes desses grupos são denominados de Cultura Material e compreendem o registro rupestre, (considerado como uma das mais antigas formas de expressões culturais dos povos pré-históricos), os artefatos, (confeccionados na pedra, em osso, etc.), utensílios (lítico-pedra, cerâmica), objetos e afins (fabricação e uso diversos), estruturas de habitação, entre outros, os quais representam o testemunho da presença humana pretérita. Através do estudo e interpretação destes vestígios, atrelados as informações disponíveis referentes ao contexto ambiental da época, os arqueólogos tentam compreender parte da história destes povos. A esse respeito, Bucu, assinala que:

Grupos humanos que viveram no passado mais recente ou mesmo há milhares de anos deixaram indícios de seus modos de vida, suas práticas e suas visões de mundo. Alguns desses vestígios, que variam desde utensílios usados no dia a dia até grandes construções ou pinturas nas rochas, ficaram preservados e, no presente, permitem que não apenas se conheça mais sobre o passado como também que se faça a reconstituição da origem e da evolução da espécie *Homo sapiens*. Nesse contexto, desponta a importância da arqueologia, a ciência que disponibiliza estratégias e métodos de pesquisa que possibilitam conhecermos o passado. (BUCO, 2014, p. 11).

A arqueologia, por ser uma ciência que investiga as sociedades pretéritas por meio da cultura material e imaterial remanescente, tem um papel fundamental na interpretação dos vestígios, de modo a compreender vários aspectos referentes à vida dos diferentes grupos étnicos do passado, tanto no contexto cultural e simbólico como em sua complexidade. Neste sentido, Prous assinala que:

[...] todas as fontes da história do território hoje conhecido como Brasil, antes da chegada dos europeus, são arqueológicas – ou seja, compostas de *vestígios* materiais deixados pelos homens e parcialmente preservados dos processos naturais de degradação. Os ossos humanos informam sobre idade, sexo, características físicas tanto individuais quanto diagnósticas de tipo de *população* (evita-se o termo *raça*), posturas frequentes e tipos de

esforços mecânicos, doenças e alimentação. Os restos de animais pequenos fornecem dados sobre o ambiente local (umidade, temperatura); os de animais caçados, sobre as escolhas e os hábitos de preparo alimentar. Os vegetais (raramente preservados) evidenciam as técnicas de coleta e/ou de cultivo, e as modificações genéticas sob domesticação. (PROUS, 2007, p. 13).

Os instrumentos líticos e cerâmicos são os mais facilmente preservados e os que melhor conservam suas características ao longo do tempo e podem nos dar informações tecno-tipológicas sobre os grupos que os fabricou, bem como apresenta os traços identitários de determinados povos que os diferenciam dos demais. A análise dos artefatos podem nos proporcionar informações sobre a sua utilização, sobre a matéria prima utilizada para a sua confecção/fabricação, entre outros. Todos estes vestígios arqueológicos permitem-nos compreender ao menos em parte o pensamento simbólico do homem pré-histórico. Por outro lado, Prous, salienta que:

[...] além de vestígios 'culturais', importam os vestígios 'naturais' que informam sobre o paleoambiente: clima, vegetação, fauna e topografia, que mudam ao longo do tempo, influenciando as coletividades humanas. (PROUS, 2007, p. 14).

São os vestígios naturais que podem nos informar sobre a coexistência entre as populações pretéritas e animais da megafauna extinta, por exemplo, e sobre as mudanças paleoambientais, ocorridas ao longo de diferentes períodos, que influenciaram direta ou indiretamente o meio como um todo. É através do estudo desses vestígios que diversos pesquisadores buscam compreender como viviam os diferentes grupos étnicos no passado, sua trajetória e estratégias de ocupação do território, bem como sua relação com o meio que os cercava. Os resultados obtidos através das datações dos vestígios arqueológicos estabelecem uma cronologia geralmente precisa.

2.2 A Presença do Homem na América

A ocupação humana não ocorreu de forma igualitária e nem ao mesmo período de tempo em todo o globo. Sabe-se, que o homem não é originário da América e que os primeiros habitantes estabelecidos no continente americano teriam imigrado de outras regiões e penetrado nas Américas, há milhares de anos atrás. Todavia, não

existe consenso entre os pesquisadores, sobre datas precisas, de quando teria ocorrido esse processo de ocupação.

O povoamento da América é um assunto que vem sendo discutido há bastante tempo e que tem gerado vários dilemas e desafios para a arqueologia, provocando questionamentos, tais como: Quando e como chegaram a América os primeiros habitantes? Estas são questões que podem ser respondidas através de estudos arqueológicos pioneiros e, nesse contexto, há várias investigações arqueológicas que buscam compreender como se deu o processo de ocupação humana no continente americano. Segundo Martin,

Os dados relativos à antigüidade [sic] do homem na América têm-se multiplicado, nas últimas décadas, de norte ao sul do continente, com evidências cada vez maiores que assinalam a presença de bandos de caçadores não especializados em datas cada vez mais recuadas. (MARTIN, 1996, p. 47).

Pesquisas arqueológicas desenvolvidas proporcionaram datações com resultados surpreendentes que suscitaram inferir diversas teorias a respeito do povoamento do continente americano. Existem três teorias sobre a entrada do homem na América mais aceitas atualmente: a Teoria do Clovis, a Teoria do Folsom e a Teoria das diversas ondas migratórias. Como aponta Luna e Nascimento,

A história dos povos que habitaram o Brasil antes da chegada do colonizador europeu é ainda uma grande lacuna a ser preenchida, ou seja, nossa pré-história ainda está em grande parte por se revelar. Com o processo de interiorização do europeu desde os tempos coloniais, grande parte dessa história foi destruída e, à medida que avançam os tempos se faz presente à destruição cada vez maior, algumas vezes consciente, através de várias causas, como é o caso da instalação de grandes obras de engenharia, como as hidroelétricas, que visam atender a modernização e o conforto da sociedade. (LUNA; NASCIMENTO, 2000, p. 9).

Estudos arqueológicos revelam que o povoamento do continente americano o qual compreende as Américas do Norte, Central e do Sul teve início antes da chegada de Cristóvão Colombo às Américas. Há milhares de anos atrás, este imenso território, já era habitado por grupos/bandos/tribos, com identidades e traços culturais próprios. A este respeito, Prous, assinala que:

É SABIDO QUE A HUMANIDADE não nasceu nas Américas, tendo penetrado neste continente em algum momento do Pleistoceno final (o Pleistoceno é o período geológico que se estende entre 2.000.000 e 10.000

anos AP, ao qual sucede o período atual, o Holoceno). Mas quando entrou, onde e como? O fenômeno de povoamento do Brasil deve ser considerado no panorama geral da colonização das Américas. (PROUS, 2007, p. 19).

O povoamento da América teria ocorrido no fim da última glaciação, quando o nível do mar baixou, formando um caminho de gelo, servindo de ponte entre um continente a outro. Todavia, é difícil afirmar todas as vias de entrada no continente americano, bem como o período exato de ocupação desse território, pois estudos recentes têm apontado para datas bastante recuadas. Segundo BUCO,

[...] atualmente parece haver consenso sobre a existência de várias ondas de ocupação do território brasileiro por mar, por terra, pelos quatro cantos. E essas informações estão sendo construídas justamente com as pesquisas em sítios arqueológicos por todo o país. (BUCO, 2014, p. 17).

Muitos cientistas como Walter Neves e André Strauss vêm desenvolvendo pesquisas no intuito de compreender a origem dos primeiros povoadores das Américas, bem como o momento exato em que se deu essa imigração. Estes questionamentos têm sido respondidos, a partir de teorias formuladas por diferentes ramos das ciências, dentre as quais a arqueologia, a história, a biologia, a paleontologia, a geologia e a antropologia. Nesse sentido, Carvalho, F. L., expõe que:

No início do século XX, autores aceitaram a homogeneidade biológica dos ameríndios, generalizando-se a crença de que as populações do novo mundo foram constituídas exclusivamente por ancestrais asiáticos e de que eles chegaram ao continente pelo estreito de Bering, entre a Sibéria e o Alasca, em épocas distintas, iniciando-se a imigração há 35.000 anos. Entre 35 e 12 mil anos do presente, a glaciação Wisconsin teria feito, por intervalos, o mar descer a uns 50 metros abaixo do nível atual. Por esta hipótese, as variações morfológicas e culturais observadas entre os americanos contemporâneos se explicam, em parte, como resultado de distintos graus de evolução biológica de cada uma das imigrações no transcurso dos milênios e, em parte, pela influência que o meio ambiente exerceu em distintas regiões onde se estabeleceram. (CARVALHO, F. L., 2003, p. 22).

Como já mencionamos, através de estudos e datações de vestígios arqueológicos, diversas hipóteses são formuladas sobre a entrada do homem no continente americano. A partir de descobertas arqueológicas (artefatos em pedra) na cidade de Clóvis no Novo México nos Estados Unidos que resultaram em datações de cerca de 12.000 mil anos atrás, estudiosos sustentam a ideia de que grupos humanos teriam chegado as Américas a cerca de 12.000 e 15.000 mil anos atrás vindo da

Ásia através do Estreito de Bering e entrada na América do Norte, seguido da América Central e por último teriam penetrado na América do Sul a aproximadamente 11.000 AP¹. A este respeito, Prous, assinala que:

Em meados do século XX, verificou-se a presença de populações humanas (as primeiras observadas foram chamadas Clóvis, em referência ao nome do sítio onde foram reconhecidas pela primeira vez, e as seguintes, Folsom) na América do Norte desde cerca de 11.500 anos atrás, durante um período mais frio que o de hoje (as temperaturas podiam ser entre 6° e 10° abaixo das atuais). No início, somente se conheciam desses grupos alguns sítios de matança de grandes animais, como mamutes e bisontes de uma espécie hoje pedra, tais como lascas cortantes e pontas de dardo muito sofisticadas. Apresentavam-se, portanto, esses povos como grandes caçadores, especializados na matança de animais de grande porte em zonas abertas – uma prefiguração dos índios históricos que, após terem aprendido a montar os cavalos introduzidos pelos europeus, passaram a caçar os bisontes das grandes planícies. (PROUS, 2007, p. 20).

Outra teoria amplamente defendida é a teoria da chegada pelo mar, também conhecida como cultura Folsom, concebida através de descobertas arqueológicas, entre estas, se destaca Monte Verde no Chile, Lagoa Santa em Minas Gerais, sítio Santa Elina no Mato Grosso e Pedra Furada no Piauí, Brasil. Nestes sítios foram datados vestígios que indicam a presença humana anteriores à Cultura Clovis. A teoria da entrada pelo mar, parte do princípio de que o homem teria chegado a América pelo mar, vindo da Oceania e de ilhas do Pacífico. Segundo Prous,

[...] as pesquisas realizadas nos últimos decênios revelaram uma presença humana inquestionável entre 11.500 e 13.000 anos atrás na América do Sul – particularmente no Chile meridional (em Monte Verde), no Brasil central (Lapa do Boquete, em Minas Gerais, e Santa Elina, [...] no Mato Grosso), no Nordeste e na Amazônia (Monte Alegre). Como é consenso quase geral que os primeiros povoadores da América chegaram pela Beríngia, isso significa que estavam presentes na América do Norte já havia milênios, portanto, anteriormente à Cultura Clóvis. Nos últimos anos, sítios como Cactus Hill (EUA), com datações entre 12.000 e 25.000 anos, apresentam indícios bastante convincentes de ocupação nesse período, e alguns outros ganham credibilidade também na América do Sul. (PROUS, 2007, p. 21).

No Brasil, o mais antigo fóssil humano foi encontrado na década de 70 em Lagoa Santa, Minas Gerais, por uma missão francesa coordenada pela arqueóloga Annette Laming-Emperaire. Tal fóssil remonta há mais de 11 mil A.P. Trata-se de um crânio pertencente a uma mulher e constitui-se o mais antigo fóssil humano encontrado nas

¹ AP, 'antes do presente'; por convenção, o presente é o ano de 1950, em referência a descoberta da datação por carbono-14, em 1952. (PROUS, 2007, p. 19).

Américas, denominado por Walter Neves, de Luzia. Neste sentido, Prous, assinala que:

Um pouco ao norte de Belo Horizonte, a região de calcário de Lagoa Santa e a encosta da Serra do Cipó forneceram a maior coleção de esqueletos disponíveis para o estudo biológico das primeiras populações americanas. Muito parecidos entre si, formam a chamada 'raça de Lagoa Santa'; o mais antigo esqueleto, popularizado sob o nome de Luzia, foi encontrado no abrigo nº IV da Lapa Vermelha. (PROUS, 2007, p. 25).

Quanto aos aspectos físicos, estudos apontam que Luzia possuía traços negroides e teria morrido com cerca de 20 anos de idade.

Considerada um ícone da pré-história americana, Luzia corrobora com a "teoria das diversas ondas migratórias", tendo como principal proponente desta teoria, o arqueólogo e antropólogo brasileiro Walter Neves, que defende ter havido diversas levas migratórias tanto pelo Estreito de Bering, vindos da Ásia, como pelos mares, oriundos da Oceania e que estas imigrações teriam ocorrido em momentos diversos. A este respeito, Carvalho, F.L., aponta que:

[...] desde tempos remotos, convivem na América grupos humanos de várias procedências. São os sustentadores da teoria **pluriracial**. A população indígena da América pré-colombiana resultou de diversas imigrações a partir de tipos raciais distintos: algumas efetuadas pelo Estreito de Bering [mongóis e esquimós], outras, através do Oceano Pacífico e da Antártida [australianos e malaio-polinésios]. A seqüência [sic] de ilhas e arquipélagos no Pacífico e entre a Tasmânia e a terra do fogo teriam sido utilizados pelo caminho natural para o ingresso do homem pré-histórico na América do Sul. (CARVALHO, F.L., 2003, p. 24).

O Brasil é um País em que há uma ampla diversidade cultural, como resultado das diferentes tribos indígenas que aqui habitaram muito tempo antes da chegada dos colonizadores portugueses, deixando suas contribuições (cerâmica, arte plumária, rituais, adornos, etc.). Conforme salienta Albuquerque, *et al*,

Esses povos, conhecidos como ameríndios, aborígenes, e apelidados pelos invasores de índios, representam culturas, línguas, conhecimentos e crenças que oferecem uma vasta contribuição ao patrimônio mundial – na arte, na culinária, na música, na religiosidade, na dança, nas práticas medicinais. (ALBUQUERQUE, *et al*, 2010, p. 12).

Essa ampla diversidade étnico-cultural, deu origem ao que chamamos de miscigenação e agrega valores os quais vêm sendo transmitidos de geração em geração, “sobrevivendo” no decorrer do tempo, perpetuando assim, traços culturais referentes às memórias e identidades dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

2.3 Ocupação Humana no Nordeste

Especificamente na região nordeste do Brasil, é difícil afirmar com precisão como começou o desbravamento da região a qual era composta pela caatinga, o cerrado e a mata atlântica, sendo que alguns espaços do território nordestino representavam características mais propícias à ocupação humana, como as regiões onde os recursos hídricos eram abundantes, por exemplo. De acordo com Martin,

As vias mais antigas de povoamento na pré-história do Nordeste são ainda desconhecidas, pois o estado atual do conhecimento não permite afirmações com bases científicas seguras, porém, os primeiros indícios parecem indicar as terras altas, de tipo savana de Goiás, e as bacias do São Francisco e do Parnaíba. (MARTIN, 1996, p. 50).

Por muito tempo acreditou-se que os primeiros habitantes eram os índios pertencentes a grupos mongolóides, como já apontamos anteriormente, eram bandos formados por caçadores, pescadores e coletores não especializados, que possivelmente migravam de uma região a outra em busca de recursos alimentares. Todavia, tal hipótese de grupos tipicamente mongóis não é mais sustentável, pois o povoamento remonta a datas cada vez mais recuadas.

No nordeste brasileiro há vários sítios arqueológicos que datam a presença humana pretérita, todavia, é no Sudeste do Piauí, em São Raimundo Nonato, que se encontra uma das áreas arqueológicas mais significativas do continente americano, denominada de Parque Nacional Serra da Capivara, possui mais de mil sítios arqueológicos cadastrados, entre eles o abrigo sob rocha Pedra Furada, com datações de cerca de 50.000 mil A.P, representando um dos vestígios mais antigos da presença humana nas Américas. A este respeito, Prous, assinala que:

No Brasil, o sítio mais discutido no final do século XX foi o abrigo sob rocha de Pedra Furada, no Parque Nacional da Serra da Capivara (PI), amplamente escavado ao longo dos anos 1970 e 1980. Até a base são encontrados carvões, conjuntos de pedras por vezes queimadas, blocos de quartzito e de quartzo toscamente lascados; plaquetas de quartzito com manchas vermelhas caídas da parede foram interpretadas como vestígios de pintura. (PROUS, 2007, p. 22).

A datação destes vestígios tem levantado vários questionamentos e gerado dilemas em torno da comunidade científica internacional, tendo em vista que alguns estudiosos duvidam da veracidade destes vestígios pelo fato de não terem sido encontrados fósseis humanos com datações tão remotas quanto determinados vestígios, podendo ser, portanto, resultantes de efeitos/intempéries naturais. Se levada em consideração essa datação, a teoria do Clovis sobre o processo de ocupação humana no continente americano, que perdeu força desde a descoberta de Luzia muda completamente, e a cronologia da ocupação humana nas Américas recua ainda mais.

Em suma, pode-se afirmar que a região do Parque Nacional Serra da Capivara é uma área de imenso potencial arqueológico e de grande contribuição para elucidar a história de ocupação humana dos povos pré-históricos.

2.4 Ocupação Humana na Bahia

O território baiano foi amplamente ocupado por diferentes grupos humanos, onde estabeleceram suas habitações ou acampamentos ainda na pré-história, em períodos diversos. O estado da Bahia possui vários sítios arqueológicos onde abriga o testemunho dessa presença humana pretérita, de seus hábitos e cultura. Como aponta Etchevarne e Pimentel,

Os vestígios arqueológicos relativos às populações pré-coloniais encontram-se em todas as partes do território da Bahia, não havendo exclusão de nenhum dos ambientes naturais atuais. Efetivamente, podem ser encontrados locais com restos de habitação, acampamentos ou de oficinas nas zonas da Mata Atlântica, no Semiárido, no Vale do São Francisco, na Chapada Diamantina e no domínio do cerrado, no Além São Francisco. A profusão e a variedade de sítios arqueológicos são um excelente indicador da pluralidade de sistemas adaptativos criados pelos grupos humanos, em diferentes períodos anteriores à chegada dos portugueses. (ETCHEVARNE; PIMENTEL, 2011, p. 27).

A região de Central na Bahia é um dos locais onde abriga diversos sítios arqueológicos com vestígios inquestionáveis da presença humana na região, bem como fósseis de megafauna extinta que datam de mais de 100.000 mil anos atrás. De acordo com Funari e Noelli,

No interior do estado da Bahia, no município de Central, Beltrão e sua equipe escavaram o sítio 'Toca da Esperança', na realidade um conjunto de três grutas, onde encontraram fogueiras, artefatos ósseos e líticos, com datações muito antigas, assim como vestígios de animais extintos há milênios. A 'Toca' teria sido ocupada entre 1 milhão e 130 mil AP, com indicações de que os seus habitantes usavam roupas e alimentavam-se de cavalos e de tutano. Os agrupamentos em defesa da hipótese da presença do *Homo erectus* são portanto, os seguintes: há artefatos líticos (ou seja, feitos pelo homem); os líticos são de quartzito, matéria-prima que não se encontra no lugar e que teria ali chegado pela mão do *Homo erectus*, e a fauna não teria chegado a gruta, de difícil acesso, sem a ação humana. Ainda conforme os autores (idem) (ibidem) Os três agrupamentos citados são questionáveis e foram, efetivamente, postos em dúvida por outros estudiosos. (FUNARI; NOELLI, 2009, p. 28).

Na região baiana existe evidência de grupos humanos pré-históricos documentados através da sua cultura material (registro rupestre, artefatos líticos, cerâmicos, adornos, fósseis, sepultamentos, entre outros). Segundo Martin,

O vale do São Francisco foi, sem dúvida, centro de atração de grupos étnicos pré-históricos desde os começos do holoceno, a partir de 10.000 anos BP, em que um longo período extremamente seco deve ter levado as populações para área do grande rio. Temos datações seguras dessas ocupações desde 7.000 – 6.000 anos BP, mas pelas datações obtidas no planalto goiano e a semelhança dos implementos líticos é possível que as primeiras ocupações ocorram já no décimo milênio. A partir da escavação da Gruta do Padre, Valentin Calderón estabeleceu, em 1969, a Tradição Itaparica para designar ocupações de caçadores diversificados em grutas e abrigos, que apresentam material lítico característico. (MARTIN, 1996, p. 152).

Após os grupos pertencentes à Tradição Itaparica surge outros grupos étnicos até então com características não totalmente identificadas, mas que também deixaram seus registros espalhados pelos territórios por onde passaram. Segundo Prous,

DEPOIS DO FIM da Tradição Itaparica, o Centro e o Nordeste do Brasil continuaram povoados por grupos de caçadores, cujas características não são ainda claramente definidas. Esse período é marcado por uma intensa produção de grafismos pintados e gravados em abrigos e lajedos. Nos dois últimos milênios antes da Era Cristã surgiram os primeiros indícios de horticultura, tornando-se a seguir a cerâmica um elemento importante na identificação das culturas arqueológicas mais tardias. (PROUS, 2007, p. 65).

Sabe-se que o espaço natural, ou seja, os aspectos ambientais de alguma maneira tiveram forte influência na escolha de ocupação dos grupos humanos pré-históricos. Todavia, para alguns autores a escolha de moradia em determinados casos não foi algo preestabelecido em decorrência de fatores físico-ambientais. Supõe-se que esses diferentes grupos étnicos indígenas teriam se locomovido de um território ao outro em busca de recursos tendo os rios e riachos como uma das possíveis vias de acesso. A esse respeito, Etchevarne e Fernandes, apontam que:

Se, por um lado, considerarmos que os equipamentos culturais são criados como resposta adaptativa a ambientes específicos, por outro, dificilmente pode se pensar que os grupos humanos não tenham se deslocado para um ou outro espaço ecológico, não fazendo uso temporária ou permanentemente de determinados recursos naturais. Deve-se pensar, contrariamente, na utilização de espaços variados e que a existência de mobilidade inter-regional para a obtenção de algum produto não foi prerrogativa dos colonizadores portugueses. A dinâmica das populações indígenas pré-coloniais também incluía intensa movimentação dentro de um território e entre ambientes diferentes da sua área de habitação permanente, em que provavelmente eram usados os cursos de água, rios e riachos, como corredores de passagens. (ETCHEVARNE; FERNANDES, 2011, p. 31).

Por toda parte do território baiano é passível de encontrar vestígios que comprovem tal assertiva exposta pelos autores, em se tratando de remanescentes de cultura material encontrados em variadas áreas, seja de ocupação permanente ou acampamento sazonal, bem como em locais onde não apresentam evidências de habitação, sendo caracterizada apenas como local de passagem.

Em se tratando dos sítios arqueológicos no estado da Bahia, os grupos humanos pré-históricos, coloniais e pós-coloniais mantinham relações estreitas com o ambiente em que viviam e eram verdadeiros desbravadores de outros territórios além do ambiente que lhes circundava à procura de alimentos, matéria-prima, relação comercial, entre outros fatores socioeconômicos, bem como mantinham contato e alianças com outros povos étnicos. Segundo Etchevarne e Fernandes,

[...] os sítios arqueológicos no Estado da Bahia, em todos os períodos, correspondem à materialidade restante relativa aos processos sociais, que envolviam populações, que mantinham uma relação estreita com o ambiente que as circundava, mas não se limitavam a ele. Por isto, deve se entender que tanto os grupos indígenas pré-coloniais como os do período colonial e do pós-colonial, assim como os contingentes de população europeia, notadamente portuguesa, mantinham uma rede de contactos [sic] pacíficos, comércio e alianças e relações de beligerância com outros povos, o que significa pressupor forte dinamismo social. Por outro lado, fica

também como pressuposto que havia circulação por diferentes territórios/ambientes, na procura de produtos que considerassem de importância socioeconômica ou, talvez, simbólica. (ETCHEVARNE; FERNANDES, 2011, p. 32).

Investigações e/ou estudos arqueológicos apontam que as populações indígenas pré-coloniais que habitaram a região baiana eram compostas também por grupos ceramistas. A esse respeito Etchevarne e Fernandes, assinalam que:

As informações derivadas dos estudos realizados até o momento sobre sítios correspondentes a populações indígenas pré-coloniais apontam para uma ocupação, logo na sequência aos coletores sambaquianos, de grupos de horticultores ceramistas, fazedores de assentamentos demograficamente importantes. (ETCHEVARNE; FERNANDES, 2011, p. 35).

Entre os grupos ceramistas que habitaram o território baiano destacam-se os Tupis e os Aratu, cada um com técnicas e características próprias. A esse respeito, Etchevarne e Fernandes, assinalam que:

A partir do século XIII d.C. constata-se a chegada, no atual território baiano, de outros grupos de horticultores ceramistas que, provavelmente conquistaram, ou então empurraram os precedentes Aratu para outros espaços. Referimo-nos aos grupos de origem Tupi. De fato, localizaram-se algumas situações arqueológicas em que a disposição dos vestígios remete fortemente a uma ocupação imediata Tupi de um local Aratu, indicando uma possível expulsão. (ETCHEVARNE; FERNANDES, 2011, p. 36).

Sabe-se que nos primórdios da humanidade, o homem buscou locais para habitar em áreas propícias à captação de recursos que favorecessem sua vida cotidiana, tais como alimentação, água e matéria prima, bem como locais estratégicos em que tivessem uma visão panorâmica e de fácil deslocamento. Estes fatos são frequentemente evidenciados em pesquisas arqueológicas através do contexto espacial dos sítios, como aponta Etchevarne e Fernandes,

No que se refere à inserção dos sítios na topografia, eles ocupam, no geral, grandes superfícies, aplainadas, horizontais ou ligeiramente inclinadas, aptas para receber um conjunto demográfico importante. A fonte de água potável (rio, riacho ou lagoa) encontra-se, normalmente, dentro do rádio máximo de 500m. (ETCHEVARNE; FERNANDES, 2011, p. 37).

Sendo assim, pode-se afirmar que desde os primórdios o homem se preocupa com sua qualidade de vida e utilizou dos recursos disponíveis para tal, desde o seu modo

de vida nômade de caçador-coletor-pescador ao seu estilo de vida sedentário como produtor de alimentos.

2.4.1 Ocupação Humana no Extremo Oeste Baiano

A ocupação do território extremo oeste Baiano foi diferenciada, os recursos naturais como o Rio São Francisco e o Rio Corrente, por exemplo, favoreciam a vida cotidiana dos grupos que habitaram a região, seja para captação de recursos, ou como vias de acesso aos outros territórios. Conforme assinala Rebouças *et al*,

A história da ocupação do Oeste Baiano é marcada pela importância do Rio São Francisco, que se constituía no único meio de ligação da região com outros espaços, e posteriormente dos seus principais afluentes, situados à sua margem esquerda. O Além São Francisco e as Gerais – como eram chamadas as terras à margem esquerda do rio e as próximas das divisas com outros estados, respectivamente – eram distantes da rede baiana de maior dinamismo demográfico e econômico, o litoral do estado, caracterizado pelo cultivo da cana-de-açúcar nos solos férteis de massapê. As duas regiões são separadas pelo sertão seco e inóspito e de rios intermitentes, o que também dificultava o fluxo, uma vez que as redes técnicas de transportes eram incipientes. (REBOUÇAS, *et al*, s.a, p. 03).

A região extremo oeste da Bahia foi habitada primitivamente por índios pertencentes ao tronco linguístico Jês, e posteriormente, a ocupação do território foi feita mediante a concessão de sesmarias, na qual as terras eram concedidas aos sesmeiros, sendo que um dos pressupostos exigidos era o cultivo do solo em um prazo máximo de cinco anos, caso contrário, tais terras sem cultivo ou moradia, deveriam ser devolvidas a Coroa portuguesa, sendo, portanto chamadas de terras devolutas. Segundo a Associação dos Pequenos Criadores do Fecho de Pasto de Clemente (ACCFC),

A região, que viria a ser o Oeste da Bahia, fazia parte do território de três grandes sesmarias pertencentes aos sesmeiros Tomé de Souza, Garcia D'Ávila e Guedes de Brito, que desenvolviam a pecuária extensiva nas áreas úmidas. Os rios foram sempre o meio que possibilitou a penetração de pessoas no território do Oeste baiano. (ACCFC, 2017, p. 14).

Estas propriedades tinham como principal atividade econômica tanto a pecuária, como o cultivo da cana-de-açúcar. A sesmaria pode ser considerada como sendo a primeira propriedade livre de impostos, na qual era garantido aos sesmeiros o direito

à propriedade das terras desde que estas fossem cultivadas em um período predeterminado, mesmo que por terceiros. Ou seja, se o sesmeiro o qual recebeu a concessão das terras por algum motivo estivesse impossibilitado de cultivar toda a extensão do solo a ele concedido, este tinha por obrigação arrendar o excedente. De acordo com Andrade,

O início da conquista e colonização do Oeste baiano é consequência da expansão da criação de gado bovino na capitania da Bahia, na segunda metade do século XVII. Ainda na primeira metade do referido século, os pecuaristas do litoral da Bahia, de Sergipe de El-Rey e de Pernambuco teriam sido forçados a interiorizar os rebanhos para retirá-lo do alcance dos neerlandeses, que desde 1630 se expandiram pelas capitanias do norte do Brasil, evitando o confisco do gado. (ANDRADE, 1961, p. 52).

O século XVII no oeste da Bahia é marcado pela extensiva criação e transporte do gado como mercadoria o qual influenciou a fixação de povoados e pontos comerciais às margens dos rios em que se constituíam como locais de passagens dos tropeiros, sendo que por volta do século XVIII houve uma desaceleração da ocupação desse território em decorrência do ciclo do ouro. A esse respeito, Rebouças *et al*, assinala que:

No século XVII ocorreu a primeira iniciativa de ocupação da região com a inserção da bovinocultura por extensão, uma vez que o gado era uma mercadoria auto-transportável. Desta forma, o número de povoados à beira dos rios ampliou-se lentamente; à medida que tropeiros viajavam com o gado atravessando o sertão, alguns pontos de comércio se desenvolviam e com eles pequenos povoados. [...] O século XVIII (século do ciclo do ouro) foi marcado pela desaceleração da ocupação do Oeste Baiano. No ano de 1701, através de uma Carta Régia, o governo proibiu qualquer ligação entre os estados da Bahia e Minas Gerais a partir da navegação pelo Rio São Francisco. (REBOUÇAS, *et al*, s.a, p. 03).

Após determinado período os rios voltaram a ser importantes rotas que ligam os diferentes territórios, dentre os quais se destacam o Rio Corrente, o Rio Preto e o Rio Grande, onde o coronelismo imperava, como aponta Rebouças *et al*,

No século XIX, os rios voltaram a ser importantes meios de ligação entre o sertão e o cerrado com outros espaços. Cresceu também a importância de grandes rios da região Oeste, como o Corrente, o Grande e o Preto. Neste contexto, é válido ressaltar a estrutura fundiária predominante na região: de um lado os grandes proprietários de latifúndios por extensão, criadores de gado, do outro os pequenos proprietários, com a agricultura de subsistência e criação incipiente de gado. O coronelismo dominava a política regional. Barra, localizada na atual Mesoregião do Vale do São Francisco, era a principal cidade da região. (REBOUÇAS, *et al*, s.a, p. 03).

A mineração teve importância significativa no cenário da economia colonial do oeste baiano, sendo que os povoados deste território se transformaram em rotas comerciais por estarem inseridos em uma localização estratégica que dar acesso a outros territórios onde existia mineração. Como expõe Sanches,

Os povoados do Oeste da Bahia foram incorporados à dinâmica da economia colonial durante o século XVIII, quando a descoberta de metais e pedras preciosas, em Minas Gerais e Goiás, promoveu a criação de uma importante rota comercial interligando as zonas de garimpo e mineração a Salvador. Este fato favoreceu um movimento populacional e uma estruturação territorial até então não vista na região, transformando o cenário da época. Assim, os povoados do Oeste baiano encontraram perspectivas de desenvolvimento comercial devido à sua localização estratégica. (SANCHES, 2008, p. 86).

Economicamente, pode-se dizer que a região do oeste da Bahia por volta do século XVI ao XIX é marcada pela agropecuária extensiva de criação de gado, por pequenos produtores de gado e de agricultura de subsistência incipiente, bem como pela exploração de pedras preciosas. A esse respeito, Brandão, assinala que:

Do ponto de vista econômico, pode-se destacar que desde a sua descoberta ainda no século XVI e num longo período até meados do século XIX, o oeste não possuía tanta expressividade, a não ser em virtude de se tornar um pequeno entreposto de comércio, destino de boiadas e rota de ligação entre o litoral e o interior do vasto território brasileiro. Assim sendo, pode-se reconhecer que a apropriação ou conquista do oeste é resultante da própria 'interiorização da economia colonial/imperial, notadamente através da busca de novos espaços para a atividade agropecuária e exploração de minerais e pedras preciosas'. (BRANDÃO, 2009, p. 50).

Todos esses fatores (mineração, bases físicas, rota de transição, entre outros), tornaram o oeste baiano uma região atrativa a ser desbravada.

Conforme já apontamos, o processo de povoamento do território oeste baiano, também denominado de Sertão do Rio São Francisco, foi marcado por a concessão de sesmarias e por disputas territoriais. De acordo com Santos,

Nos primeiros momentos do processo de ocupação, habitavam a região os índios das tribos Gês. Com a ocupação portuguesa, a distribuição de terras na região passou a ser coordenada pela Casa da Torre (Garcia D'Ávila) e pela Casa da Ponte (Guedes de Brito), [...]. (SANTOS, 2007, p. 101).

Tão logo esses primeiros povos que chegaram ao Novo Mundo, enxergaram a região do sertão do Rio São Francisco como um local propício a pastagem e criação de gado, e viram a presença dos índios como uma maneira de tirar proveito, aldeando-os ou capturando-os para mão de obra escrava.

Com a chegada dos portugueses, e mesmo antes, era comum grupos étnicos indígenas migrarem à procura de recursos, uma característica de seu estilo de vida nômade ou semi-sedentária. Os vestígios remanescentes de grupos indígenas são encontrados em todo território baiano, como assinala o Ministério do Desenvolvimento Agrário,

Entre 1980 e 1987, pesquisas arqueológicas descobriram e cadastraram várias dezenas de assentamentos indígenas distribuídos sobre o vale do São Francisco e próximo de seu tributário, o rio corrente, e aos afluentes Arrojados, Formoso, das Éguas ou Correntina, do Meio, Santo Antonio, em terras dos atuais municípios de Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana e São Desidério. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p. 30).

Em relação ao contexto dos sítios pesquisados foram encontrados sítios tanto a céu aberto como em abrigos. A cultura material é proveniente de grupos que habitaram a região antes do advento da cerâmica denominado de pré-ceramistas, bem como de grupos após o advento da cerâmica. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário,

Os sítios arqueológicos pesquisados ocupam áreas de cerrado e áreas de mata, uns localizados a céu aberto e outros no interior de grutas calcárias, formando um amplo e variado material recuperado de grupos pré-ceramistas e de grupos ceramistas. Os mais antigos, os pré-ceramistas, viviam da caça, da pesca, da coleta de mel, raízes e frutas, ao passo que os mais recentes, em geral ceramistas praticavam uma cultura rudimentar. Esses grupos, do ponto de vista cronológico, seguramente e sem exagero cobrem os últimos 12.000 anos, para ficarmos restritos a valores confiáveis. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p. 30).

Através do estudo minucioso dos diversos tipos de vestígios remanescentes do homem pré-histórico, colonial e pós-colonial é possível entender mesmo que parcialmente como viveram esses povos, que práticas/hábitos possuíam, ou seja, torna-se possível inferirmos comportamento humano de determinados grupos, buscando compreender como esses povos se organizavam e sua complexidade.

2.4.2 Ocupação Humana em Correntina

Correntina é um município brasileiro localizado no extremo oeste da Bahia, e faz parte do território da bacia do Rio Corrente composto também por outros municípios como Baianópolis, Canápolis, Coribe, Cocos, Jaborandi, Santa Maria da Vitória e São Desidério.

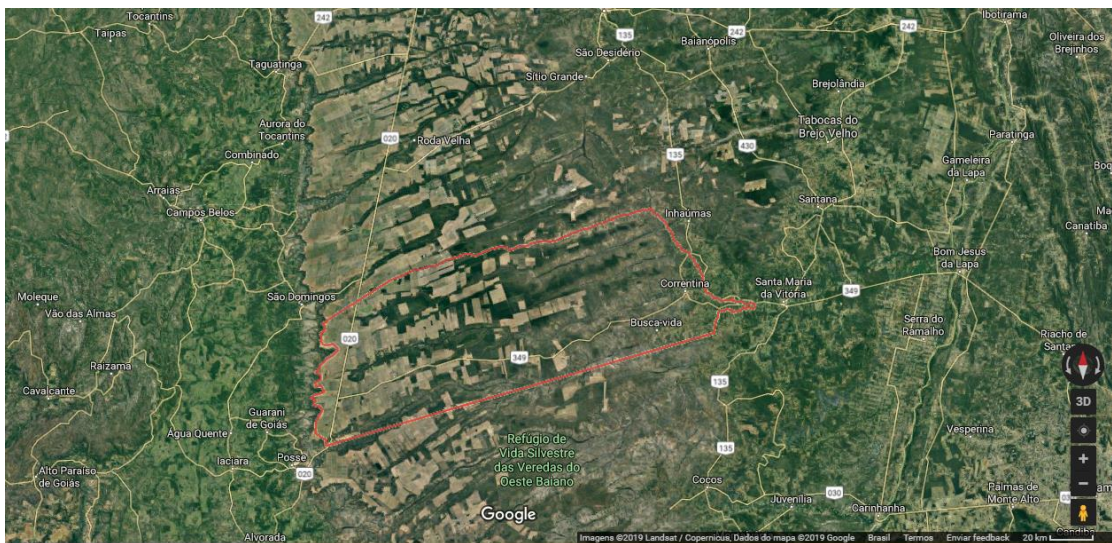


Figura 1: Mapa da vista satélite de Correntina
Fonte: Google Maps, 2018.

A região, hoje denominada de Correntina, foi habitada desde os tempos mais remotos e o material arqueológico coletado na região constitui-se como sendo um testemunho da presença humana pretérita nesse território. De acordo com Zils,

O Município de Correntina era habitado primitivamente pelos índios, mas, em 1792, iniciou-se o desbravamento do território, sendo estabelecido o desenvolvimento e a exploração de ouro no rio das Éguas. Com a chegada de novos aventureiros, formou-se um povoado chamado de 'Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas', que em 1806 se tornou uma freguesia. (ZILS, 2016, p. 100).

Como já mencionamos, Correntina faz parte do espaço da bacia do Rio Corrente. Tal espaço territorial, devido as suas fontes econômicas coloniais e por ser rota de transição entre algumas regiões e outras como Minas Gerais, Goiás e Recôncavo, favoreceu o deslocamento e a ocupação humana em diferentes períodos, tanto em

decorrência do Ciclo do Ouro como da produção açucareira. Nesse contexto, Carvalho, A.M. assinala que:

Ainda que o povoamento na bacia do rio Corrente tenha sido catalisado pela descoberta do ouro às margens do rio 'das Éguas', no final do século XVIII, a região onde hoje se encontra o município de Correntina, bem antes desse evento, já estava inserida na dinâmica econômica colonial, impulsionada pela extração de ouro, em Minas Gerais e Goiás, e pela produção açucareira, no Recôncavo e litoral [...] (CARVALHO, A. M, 1999, p.35).

A procura incessante pelos recursos minerais existentes no Rio das Éguas, fez com que a ocupação desse espaço se intensificasse. De acordo o Ministério do Desenvolvimento Agrário,

A exploração do ouro no Rio das Éguas, a partir de 1792, atraiu grande número de pessoas para o local e provocou uma condensação de homens e de mercadorias, deu origem e crescimento ao povoado de Nossa Senhora da Gloria. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p. 24).

Como aconteceu em diversas regiões onde existia mineração, em Correntina a procura desordenada pelo ouro e pedras preciosas, fez com as fontes desses minerais se esgotassem, o que culminou na migração de significativa parte da população para outras regiões, conforme aponta o Ministério do Desenvolvimento Agrário,

A exploração do ouro nos rios das Éguas, Arrojado e Formoso se dá em declínio nas áreas de mineração como um todo. É provável que a agropecuária e a mineração ocorreram simultaneamente até o esgotamento dos depósitos auríferos. No município de Correntina, como em outras áreas, o esgotamento do ouro sucedeu-se com relativa perda de população, que migrou para outras regiões. Os que permaneceram dedicaram à pequena lavoura e à criação de gado vacum e outros rebanhos. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p. 24).

Como vimos, a história de Correntina teve seu processo de ocupação marcado primitivamente pela ocupação de grupos indígenas, e mais tardiamente por volta do período colonial, atraiu habitantes em decorrência do ciclo do ouro, transformando-se em povoado. Posteriormente, foi elevada à freguesia, de freguesia à município e de vila a cidade. Nesse contexto, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE),

Aos 15 de maio de 1866, a Lei provincial nº 973 criou o município com terras desmembradas do de Carinhanha e elevou a categoria de vila a povoação, dando-lhe o nome de Vila de Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas, o designando-a para sede do município recém-criado. A sua instalação ocorreu em 13 de maio de 1867. A Resolução nº 1960, de 08 de junho de 1880, treze anos após a instalação, suprimiu o município, ao mesmo tempo em que transferiu a sede da freguesia e o título de vila para o arraial do Porto de Santa Maria da Vitória, criando o município deste nome. Em 14 de maio de 1886, a Resolução provincial número 2558, revogou a anterior, de nº 1960, restaurando o município e fazendo voltar a sede para o Rio das Éguas. Em 1888, aos 04 de maio, a Resolução provincial número 2579 suprimiu novamente o município. Esta situação perdurou por três anos, até quando o governador Doutor José Gonçalves da Silva, em 05 de maio de 1891, assinou o Ato estadual nº 319, pelo qual o município foi novamente restaurado, com sede no povoado do Rio das Éguas e o nome de Correntina. Aos 30 de março de 1938, a vila de Correntina recebeu foros na cidade, por força do Decreto-lei nº 10724². (IBGE, 2010).

Correntina caracteriza-se como uma região rica em recursos hídricos e minerais, o que influenciou direta ou indiretamente em seu processo de ocupação humana, desde os primórdios da mais remota antiguidade até os dias atuais, fato que também contribuiu com o crescimento econômico e o desenvolvimento da agricultura, por exemplo.

² Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=35733>>. Acesso em: 03 de junho de 2018 às 14h24min.

3 CERÂMICA ARQUEOLÓGICA: UM TESTEMUNHO DAS CULTURAS DESAPARECIDAS

A história da humanidade remonta há milhares de anos e, em cada pequena parte do imenso território que forma o globo terrestre, é passível de se encontrar vestígios remanescentes da presença humana, como material cerâmico, lítico, adornos, armas, instrumentos, utensílios, fósseis, sepultamentos, registro rupestre, restos vegetais e de animais, entre outros. A arqueologia por meio da investigação minuciosa destes vestígios atrelados ao contexto físico-ambiental da época busca compreender parte da história desses povos, sua forma de vida, seus hábitos, alimentação, simbologias, ritos e demais aspectos da vida cotidiana. A esse respeito, Martin, assinala que:

Os materiais arqueológicos são produto da atividade cotidiana das sociedades pretéritas. Cada objeto arqueológico é, de certa forma, um produto tecnológico e é através dele que podemos conhecer o desenvolvimento das sociedades pré-históricas. A evolução dos objetos arqueológicos, dentro de sequências cronológicas, leva-nos ao estabelecimento da periodização, cujo fim precípua é se determinar as diversas fases da evolução crono-tecnológica das culturas. O objeto arqueológico, seja ele instrumento, artefato, fragmento ou registro do que se tem chamado cultura material, e um documento sobre os grupos humanos pré-históricos, de sua organização social e familiar e dos seus costumes, ritos, lutas, alimentação e vida espiritual. De restos arqueológicos orgânicos e inorgânicos deduzimos comportamentos, formas de vida e lutas pela sobrevivência humana. (MARTIN, 2005, p. 152).

Apesar de alguns vestígios arqueológicos se desgastarem mais facilmente ao longo do tempo, muitos são encontrados por pesquisadores em adequado estado de conservação, preservando boa parte de suas características originais, o que permite aos arqueólogos melhor compreensão e aproximação de tais informações pretéritas. A cerâmica, por exemplo, apesar de ser encontrada predominantemente fragmentada, por sua própria fragilidade, é um dos vestígios arqueológicos que melhor preserva suas características ao longo do tempo e constitui um dos principais objetos de estudo da arqueologia.

De acordo com Barbosa e Costa (2016, p. 21), “Os materiais cerâmicos foram um dos primeiros materiais a serem utilizados pelo homem para a criação de utensílios, como também para a elaboração de ferramentas rudimentares.”

Sendo assim, cada pequeno fragmento de cerâmica carrega a ele atrelado diversas informações referentes ao processo de fabricação, utilização e evolução cronotecnológica, bem como pode nos dar informações sobre a identidade de seus produtores.

3.1 Breve Histórico da Cerâmica

A cerâmica é ancestral, e seu estudo tem importância reconhecida, por possuir um contexto interpretativo capaz de responder a vários questionamentos sobre o comportamento sociocultural dos grupos pretéritos, em se tratando de um objeto que faz parte da bagagem cultural de diferentes grupos étnicos.

A análise aplicada à cerâmica constitui-se como capaz de contextualizar diversos fatores associados à sua fabricação, utilização e descarte, fatores que são determinantes para compreensão dos traços culturais que se encontram presentes em cada pequeno fragmento que em conjunto formam um “mosaico precioso”, para compreensão ao menos em parte da história dos diversos povos e sua cultura.

Apesar da existência de estudos sistemáticos sobre grupos pretéritos ceramistas, foi a partir de 1960 com Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) sob a coordenação de Betty Meggers e Clifford Evans, que as pesquisas ganharam destaque. A esse respeito, Oliveira, expõe que:

Os primeiros estudos de carácter [sic] científico sobre os grupos pré-históricos ceramistas foram iniciados justamente no período das pesquisas sistemáticas, no entanto, apenas com a implantação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA (1965-1970), é que esses estudos foram implementados. Neste período, em outros países, já havia começado o movimento inovador na arqueologia que, apoiado numa perspectiva antropológica, passou a se conceder menos ênfase ao simples inventário dos sítios e de peças arqueológicas, procurando-se a síntese e significados dos dados pré-históricos. (OLIVEIRA, 2001, p. 12).

Pode se dizer que a cerâmica foi uma das primeiras invenções humanas e no decorrer do tempo adquiriu funcionalidades diferenciadas, tais como: utilizada para armazenar alimentos, armazenar água, para cozinhar, fermentar bebidas, como adornos, utilizadas em rituais, para sepultar mortos, entre outras funções. A

cerâmica pode ser considerada ainda como uma forma de expressão sociocultural, na qual através do seu estudo, torna-se possível inferir comportamento humano a tais comunidades que as produziu. De acordo com Luna e Nascimento,

Podemos tratar o estudo cerâmico sob várias perspectivas como a tecnológica, a funcional ou a estilística, dependendo do tipo de problemas que estejamos querendo responder. Porém, o que deve está claro é que o seu entendimento só será possível quando inserido no contexto geral do sítio e subseqüentemente [sic] dentro do estudo regional, pois não há possibilidade de que a população que fabricou a cerâmica estivesse restrita a um único sítio arqueológico. Formando parte de quase todos os momentos da vida cotidiana do homem primitivo, sua presença, às vezes única, no registro arqueológico, permite-nos inferir comportamentos sociais, tipos de alimentos e rituais, comércio e contatos culturais entre outras atividades, além de nos informar, também, do desenvolvimento tecnológico dos grupos que a fabricavam. A cerâmica faz parte da bagagem cultural e tecnológica de diversos grupos humanos pré-históricos, que vem sendo pesquisado no Nordeste nas últimas décadas. (LUNA; NASCIMENTO, 2000, p. 10).

Sem dúvida, o estudo da cerâmica, serve como um indicador de como viveram determinados grupos sociais no passado, se tratando de utensílio que faz parte de diferentes culturas, possui força simbólica e atributos característicos capazes de atribuir identidades entre culturas distintas. A esse respeito, Luna e Nascimento, assinalam que:

A cerâmica, como qualquer outro material utilizado pelos grupos pré-históricos, servia como instrumento para realização de várias atividades, sendo às vezes indicador do processo de complexificação social. Como por exemplo, nos rituais funerários onde a cerâmica, juntamente com outros objetos, se apresenta como recipientes de oferenda aos mortos que se distinguiam, dentro de grupo, ou como o próprio invólucro para receber o corpo do falecido. (LUNA; NASCIMENTO, 2000, p. 10).

Apesar de não possuímos dados precisos quanto ao surgimento da cerâmica, estudos revelam seu aparecimento em períodos tardios, como no início da sedentarização, período conhecido como Neolítico, no qual grupos humanos passam da vida nômade de caçador-coletor, tornando-se agricultores sedentários, ou seja, produtores de alimento, fato que leva a supor que o surgimento da cerâmica esteja relacionado à necessidade desses povos de armazenar os alimentos produzidos. Segundo Martin,

A cerâmica foi inventada na América, independente do Velho Mundo, a partir da mesma técnica simples e lógica de modelar pequenos recipientes côncavos ou forrar com argila cestas trançadas que, ao secar, deixava uma marca do trançado no barro. Esses desenhos casuais sobre a argila serão, aliás, reproduzido depois por diferentes oleiros de diversas culturas. (MARTIN, 1996, p. 169).

Por outro lado, pesquisas apontam que em alguns lugares como no Brasil, por exemplo, a cerâmica esteve presente em períodos anteriores à agricultura, dados que questiona a relação entre a cerâmica e a prática agrícola, apesar de que provavelmente o advento da agricultura tenha de certa forma influenciado o avanço tecnológico da cerâmica. Nesse contexto, Luna e Nascimento, expõem que:

A prática da elaboração de objetos cerâmicos remonta no Brasil, ao menos ao quinto milênio antes de Cristo, de acordo com as pesquisas mais recentes. Isto quer dizer que, à luz do conhecimento atual, esta atividade estaria vinculada ao cotidiano da vida de grupos humanos antes do advento da agricultura, a qual estaria situada no período de aproximadamente 2 mil anos antes de Cristo, segundo os restos alimentares encontrados em alguns sítios arqueológicos no país. Ainda não temos dados detalhados dessa prática agrícola nem de todos os tipos de cultígenos realizados, o que conseguiu-se até o momento, são indicações indiretas dessa agricultura. Restos de milho, mandioca, cucurbitáceas e feijão, são os vestígios encontrados nas escavações, bem como instrumentos em cerâmica e pedra que indicam, indiretamente, o processamento e a utilização de plantas na dieta alimentar de grupos pré-históricos. (LUNA; NASCIMENTO, 2000, p. 10).

Pode-se dizer que a pré-história americana ambientou o desenvolvimento de organização temporal resultando em etapas cronológicas. A partir das intensificações de descobertas arqueológicas, estudiosos buscaram classificar a transição histórica do desenvolvimento cultural dos grupos humanos pretéritos.

De início as classificações cronológicas americanas eram feitas conforme o modelo europeu: paleolítico, mesolítico e neolítico. Por muito tempo foi adotado o termo Páleo-índio para se referir às populações pouco numerosas compostas por caçadores nômades, e Arcaico para designar um período marcado pelo desaparecimento de grandes espécies da megafauna e a intensificação de novos recursos alimentares como a coleta e a pesca, e mais recentemente o desenvolvimento da agricultura e da cerâmica denominado por período Formativo.

Tais divisões da pré-história americana foram retomadas e definidas por Willey e Phillips em cinco períodos: Lítico, Arcaico, Formativo, Clássico e Pós-clássico, como aponta Leroi-Gourhan,

O *Lítico* abrange as mais antigas culturas de caçadores nômades e se estende das origens ao início do Pós-glaciário. Embora os documentos sejam ainda incertos, provavelmente se divide em dois períodos: um Lítico Inferior com indústria em núcleos e em lascas, e um Lítico Superior caracterizado por pontas de arremesso com ou sem caneluras, lascadas por pressão. O *Arcaico* compreende os grupos ainda nômades do pós-glaciário que, paralelamente à caça, desenvolvem suas atividades de pesca e de coleta. A fauna e a flora são idênticas às atuais. As indústrias não são fundamentalmente diferentes das de seus predecessores, mas os tipos de pontas evoluíram e alguns grupos conhecem o polimento da pedra. O *Formativo* corresponde à invenção da agricultura, ao aparecimento da cerâmica e à sedentarização das populações. O *Clássico* marca o início das civilizações urbanas, o *Pós-clássico* o início dos Impérios e da militarização das massas. (LEROI-GOURHAN, 1981, p. 191).

O fato é que a cerâmica esteve presente em vários momentos da vida do homem, com diferentes funções sociais, seja para uso próprio, comércio, troca, como função simbólica, entre outros. O material cerâmico era fabricado por diferentes grupos indígenas, com traços identitários próprios, e de acordo com tais traços observados os arqueólogos atribuem tais vestígios a determinados grupos culturais, inserindo-os dentro de uma Tradição. Quanto ao termo Tradição, Chmyz, (1976, p. 145), assinala como: “Grupo de elementos ou técnicas, com persistência temporal”.

O estabelecimento de Tradições é formado, portanto, com base em traços característicos com persistência temporal, tais como, a qualidade da cerâmica, que leva em considerações, variáveis como a matéria-prima, a forma das peças e a decoração.

Na região Nordeste, se destacam duas tradições ceramistas: a Tradição Tupiguarani e a Tradição Aratu; todavia, assinala-se também a existência de outros grupos ceramistas não pertencentes a nenhuma dessas tradições supracitadas. A esse respeito, Martin, assinala que:

No Nordeste do Brasil identificaram-se dois horizontes ou tradições ceramistas de ampla dispersão: o Tupiguarani e o Aratu, o que permitiu conclusões simplistas e cômodas de se relacionar toda cerâmica pré-histórica com uma ou outra dessas tradições. Hoje essas divisões estão

sendo contestadas e admite-se a existência de grupos ceramistas independentes, não filiados a nenhuma dessas duas tradições, como cerâmicas locais que devem ser estudadas a partir dos seus atributos técnicos, e utilitários, sem filiações apriorísticas. Por outro lado, pode-se contestar, também, o fato de que toda cerâmica de características técnicas Tupiguarani ou Aratu, pertença a um tronco cultural-linguístico [...] determinado, pois por intercâmbio cultural, escambo e contatos de diverso teor, podem ter sido incorporadas técnicas cerâmicas por grupos linguísticos distinto de suas origens. (MARTIN, 1996, p.170).

Através de datações dos vestígios cerâmicos é possível estabelecer cronologias/periodizações. Com relação à cultura Tupi, sua presença na Bahia situa cronologicamente a uma faixa de aproximadamente 700 A.P. e se estende ao período colonial. Nesse contexto, Calderón, assinala que:

As datações mais antigas dos grupos Tupi, na Bahia, os situam em uma faixa cronológica que se inicia em torno de 700 anos BP e que se prolonga até tempos coloniais, sendo eles os grupos indígenas que mantiveram maior interação com as primeiras frentes de instalações portuguesas na faixa do litoral. (CALDERÓN, 1973, p. 26).

Desde os tempos mais remotos, era comum a disputa por território, em que determinados grupos étnicos expulsavam seus antecessores, obtendo o domínio de tais terras. Este fato é muitas vezes evidenciado em alguns estudos arqueológicos, de acordo com a análise espacial da disposição dos vestígios *in situ*, e é o que provavelmente teria ocorrido com os povos Tupiguarani em relação aos grupos Aratu no Nordeste, como aponta Martin (1996, p.187), em relação à cronologia da Cultura Aratu: “[...] as datas obtidas, situam-se entre 1.000 e 1.500 A.D. na Bahia, em aldeias anteriores a ocupações do Tupiguarani, que os devem ter expulsado do litoral antes da conquista portuguesa”.

Tal assertiva sugere o contato ainda que indiretamente, dos povos vinculados à Tradição Aratu, com os povos pertencentes à Tradição Tupiguarani.

3.1.1 Os Grupos Portadores da Tradição Ceramista Aratu

A cultura Aratu foi amplamente difundida, podendo ser encontrada em diversos territórios da Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, por exemplo. Segundo Martin (1996, p.187), “Pode-se considerar, com segurança, a difusão da cultura Aratu, no

Nordeste, desde a fronteira com Sergipe em todo o litoral baiano até o Espírito Santo (cerâmica de Itaúnas), com penetração no interior da Bahia até a região do rio Grande”.

A Tradição Aratu foi estabelecida por Valentin Calderón, a partir de vestígios cerâmicos encontrados em sítios da Bahia, Sergipe e Pernambuco, onde foram descobertas urnas funerárias com enterramentos primários, bem como resquícios de habitação. O nome Aratu foi denominado a partir do Sítio Guipe, por este está localizado em Aratu, fazendo assim, referência ao nome desse centro industrial, no Recôncavo baiano.

Os povos Aratu eram agricultores ceramistas e, dentre as características de sua cerâmica, se destaca o formato piriforme de suas urnas funerárias as quais acompanhava uma tampa da mesma forma, porém de menor proporção. Nesse sentido, Martin, aponta que:

A tradição Aratu foi estabelecida por Valentin Calderón, a partir dos achados cerâmicos de 24 sítios prospectados no litoral baiano, em Sergipe e em Pernambuco. O nome Aratu para designar uma cultura de agricultores ceramistas foi dado a partir do sítio Guipe, no centro industrial de Aratu, a 16 quilômetros de Salvador, onde realizou cortes estratigráficos num sedimento arqueológico de 60 cm, numa terra humosa, rica em carvão e concha de ostra. O sítio foi destruído para construção da barragem do riacho Guipe, de modo que Calderón realizou um trabalho de salvamento, quando as escavadeiras tinham já destruído parte do sítio. Mesmo assim, identificou manchas de terra preta que correspondiam a sítios-habitação e 54 grandes urnas funerárias com enterramentos primários. Também no Centro Industrial de Aratu, no sítio da Viúva, foram descobertas seis urnas funerárias agrupadas três a três. Numa delas, o cadáver estava coberto conchas de ostra. (MARTIN, 1996, p. 182).

Os agricultores, portadores da assim denominada Tradição Aratu, como mostram os estudos, ocuparam um vasto território de florestas e provavelmente sofreram influência de outros grupos. Segundo Martin,

A segunda aldeia em importância foi o sítio Beliscão, no litoral Norte da Bahia, perto do rio Inhambupe a seis quilômetros do litoral. O sítio estava situado num lugar elevado e media 200 x 100 m, com sedimento de ocupação de 90 cm, indicando longa permanência do grupo que a habitou. [...]. (MARTIN, 1996, p. 184).

De certa forma, o PRONAPA delineou algumas das características da Tradição Aratu, já que tinha como um dos seus objetivos o estabelecimento de fases e tradições ceramistas, identificando-as quanto aos seus aspectos culturais, de migração e difusão. Com o desenvolvimento do PRONAPA tendo como um dos pesquisadores Valentin Calderón, vários sítios foram descobertos e caracterizados, como sendo pertencentes à Cultura Aratu. Nesse contexto, Martin, aponta que:

Continuando as pesquisas durante os anos de vigência do PRONAPA, Calderón assinalou ainda vários sítios Aratu nos municípios de Conde, Esplanada e Entre Rios, na Bahia, e Cristanópolis entre Sergipe e Bahia, localizado ao longo dos rios que desembocam no Atlântico. Procurando Calderón a possível penetração para o interior, que a cerâmica Aratu poderia ter, prospectou as cabeceiras do rio Grande nos municípios de Barreiras, Catolândia e São Desidério, onde localizou oito cemitérios Aratu. Típico da cultura Aratu, considerou o sítio BA-RG-3- São Desidério, situado perto do rio do mesmo nome onde se encontraram 25 urnas funerárias durante a escavação de um canal de irrigação, destruídas durante os trabalhos de construção do canal. As urnas piriformes, típicas na cerâmica Aratu, levam como tampa outro vaso também de forma piriforme oferecendo o aspecto característico dos enterramentos 'Aratu'. (MARTIN, 1996, p. 184).

Em se tratando dos padrões de ocupação Aratu, conforme revelam os achados arqueológicos, estes se caracterizam, como sendo formados por populações densas e que se fixavam em determinados territórios, por um longo período de tempo. Geralmente são encontradas manchas de terra humosa em formas circulares, o que evidencia a escolha de moradia desses grupos como sendo constituída por aldeias circulares a céu aberto.

Em alguns sítios remanescentes dos grupos ceramistas Aratu é possível encontrar cultura material proveniente de grupos Tupiguarani, sugerindo uma intrusão desses vestígios em períodos posteriores à ocupação Aratu, podendo ser resultado do comércio ou da ocupação de um espaço territorial tipicamente Aratu, por grupos tradicionalmente, denominados de Tupiguarani. Segundo Martin,

A importância da tradição Aratu reside em que não se trata apenas da localização de um tipo específico de cerâmica, mas na circunstância de que está perfeitamente caracterizada como uma cultura de agricultores ceramistas, formando aldeias com populações densas e ocupações demoradas, como indica a profundidade dos sedimentos arqueológicos (40, 60 e 90 cm), em comparação com as ocupações Tupiguarani que raramente ultrapassa os 30 cm e nas quais são comuns refugos de 15 a 20 cm. Nas aldeias em que se identifica o contato com os grupos Tupiguarani, assinalado pela presença da cerâmica, essa aparece sempre como intrusiva nas camadas mais tardias da aldeia Aratu, adquirida por comércio ou

ocupação violenta, quando se nota a substituição dos tipos de cerâmica dos 'Aratus' pelos Tupiguarani. (MARTIN, 1996, p. 186).

A cerâmica Aratu possui características particulares, como recipientes em formato piriforme ou ovoide, geralmente de grandes dimensões, sendo que algumas dessas vasilhas cerâmicas, são denominadas de urnas funerárias, pois eram utilizadas para sepultar mortos, e em todos os sítios pesquisados, tendem a repetir o mesmo padrão morfológico. A este respeito, Etchevarne e Pimentel, assinalam que:

O padrão de urnas Aratu consiste na repetição de recipientes com morfologia cônica ou piriforme, com base estreita e arredondada e com o corpo que se abre até a circunferência máxima situada próxima à abertura. Esta morfologia se repete em enterramentos de indivíduos de qualquer idade, adultos, jovens crianças e recém-nascidos, não importa a área geográfica em que foram encontrados. (ETCHEVARNE; PIMENTEL, 2011, p. 38).

Os corpos dos indivíduos mortos eram depositados nessas urnas funerárias de formato piriforme, depois se tampava a urna com um vaso de menor proporção, de modo a preservar o corpo do falecido de fatores externos no momento do enterramento, sendo relevante ressaltar que em alguns casos é possível observar a associação de mobiliário funerário aos esqueletos, podendo ser resultantes de rituais funerários, objetos pertencentes ao falecido, decorrentes de hierarquia social, dentre outros fatores. Nesse contexto, Etchevarne e Pimentel, reforçam que:

Todas as urnas funerárias possuíam opérculo que fechava a abertura para impedir a entrada dos sedimentos na hora do enterramento. Estas tampas são cônicas, semelhantes ao formato de sinos. Os corpos eram enterrados fletidos e inteiros, como primeiro enterramento, já que nos esqueletos não se observam marcas de quebra das articulações e os ossos mantêm uma conexão anatômica lógica. Algumas urnas contêm acompanhamentos funerários como pequenas tigelas cerâmicas, lâminas de machado, rodela de fuso, pingentes e, no caso das crianças, contas de colares em ossos ou dentes de animais. (ETCHEVARNE; PIMENTEL, 2011, p. 40).

Os grupos produtores da cerâmica Aratu são considerados como agricultores ceramistas que possivelmente cultivavam o milho, o feijão, o amendoim e alguns tubérculos como a batata, por exemplo, com exceção da mandioca, tendo em vista a ausência de vestígios cerâmicos de pratos assadores que denunciariam essa prática. A dieta alimentar desses grupos provavelmente era complementada com a caça, a pesca e vegetais coletados.

De acordo com o padrão de ocupação e a quantidade de urnas funerárias encontradas em diversos sítios arqueológicos, esses grupos possivelmente teriam ocupado regiões por um longo período, e alguns destes sítios, localizam-se em encosta de morros não tão altos, o que provavelmente facilitava a visão periférica do entorno. Estudos apontam que a desaparecimento dos povos da Tradição Aratu pode está relacionada direta ou indiretamente a chegada dos Tupiguarani. A esse respeito, Etchevarne e Pimentel, apontam que:

A desaparecimento das instalações correspondentes à Tradição Aratu parece coincidir com a chegada das diversas ondas migratórias dos grupos do tronco linguístico Tupi que, por suas características semelhantes, competiriam pelos territórios e seus recursos. Alguns sítios litorâneos permitem pensar que houve reocupação de localidades Aratu por parte de grupos Tupi, pela situação de mistura no estrato superficial dos componentes cerâmicos das duas tradições. De qualquer modo, a não ocorrência de material Aratu depois dessa época indica que algum acontecimento importante irrompeu na dinâmica de domínio territorial das sociedades Aratu. (ETCHEVARNE; PIMENTEL, 2011, p. 42).

Tal afirmativa, exposta pelos autores [Etchevarne e Pimentel], reforça a hipótese já assinalada por Martin (1996) de possíveis contatos entre estes dois grandes grupos de agricultores ceramistas, bem como processos de reocupação territorial dos grupos Tupiguarani, em localidades ocupadas anteriormente, pela Cultura Aratu.

3.1.2 Os Grupos Portadores da Tradição Ceramista Tupiguarani

Os diferentes grupos indígenas que habitaram o solo brasileiro tinham como traços característicos, a escolha de moradia em locais estratégicos, de modo que facilitasse sua vida cotidiana. A ecologia e os recursos hídricos disponíveis foram possivelmente, um dos atrativos que fez com que diferentes povos culturais migrassem para determinadas regiões, aonde podiam se estabelecer de forma temporária ou permanente, encontrariam os recursos essenciais ao desenvolvimento da agricultura, captação de matéria-prima e etc.

Assim como a Cultura Aratu, os sítios da Tradição Tupiguarani também são amplamente encontrados em várias regiões, como na Bahia, por exemplo. Os grupos étnicos Tupiguarani eram agricultores ceramistas, porém ao contrário dos povos da Tradição Aratu, os Tupiguarani cultivavam a mandioca amarga. Em se

tratando do padrão de assentamento, as escolhas dos Tupis também estavam relacionadas a proximidades de rios e em locais em que se fizesse possível a observação do entorno. Nesse sentido, Etchevarne e Fernandes, assinalam que:

Os diversos grupos Tupi eram também horticultores, porém especializados no cultivo da mandioca amarga que, uma vez ralada e transformada em pasta, processavam para a extração dos elementos tóxicos, mediante a utilização de objetos cerâmicos específicos, os grandes pratos ou assadores. As aldeias eram grandes, se considerarmos a distribuição espacial dos restos cerâmicos nos sítios, o que comportaria um índice demográfico alto. Situavam-se em pontos estratégicos, com boa visibilidade sobre o território, próximos a rios, podendo-se pensar, por isto, que também faziam uso de canoas como meio de deslocamento. (ETCHEVARNE; FERNANDES, 2011, p. 36).

Os grupos ceramistas denominados de Tupiguarani, assim como os Aratus, enterravam seus mortos, porém, diferentemente dos portadores da Tradição Aratu, a etnia Tupiguarani não fabricava a cerâmica com objetivos específicos, e a mesma cerâmica poderia ser utilizada para diversas finalidades como para armazenar alimentos e sepultar mortos. A esse respeito, Etchevarne e Fernandes, apontam que:

Assim como os grupos Aratu, os Tupi também enterravam os seus mortos em urnas, dentro ou próximo aos locais de habitação. Mas, diferentemente dos primeiros, os recipientes para sepultamento eram de formas variadas, isto é, não padronizadas. Em alguns sítios existem indicadores de dupla funcionalidade, já que os mesmos recipientes contenedores de líquidos podem ter sido usados como urnas funerárias. Os recipientes de utilização doméstica eram de formato e tamanhos diversos a depender das funções. (ETCHEVARNE; FERNANDES, 2011, p. 3).

Os vasos cerâmicos da Tradição Tupiguarani são de dimensões variadas, possuem bordas reforçadas e tem como característica funcional preparar e servir alimentos. É comum encontrar como cultura material remanescente desses grupos, pratos, assadores, panelas, tigelas, urnas funerárias, entre outros vestígios. Segundo Etchevarne e Pimentel,

A cerâmica Tupi está caracterizada pela variedade e o apuramento no tratamento de superfície e na modelação do corpo cerâmico. Os recipientes são de tamanhos variados, mas os chamados potes e assadores, destinados à preparação de líquidos e processamento da mandioca amarga, respectivamente, são de grande tamanho. As bordas, não importa de que tipo de peça se trate, são reforçadas, isto é, as paredes dos objetos aumentam consideravelmente na beirada da abertura, colocando-se-lhes roletes adicionais, dando-lhe uma forma ligeiramente triangular. Ademais, grande parte dos potes cerâmicos para reserva de água ou preparação de alimentos líquidos apresenta carenas. Estas são arestas formadas pela

mudança de direção nas paredes que passam de abertas a fechadas, criando uma linha de quebra na circunferência do vasilhame. (ETCHEVARNE; PIMENTEL, 2011, p. 43).

Quanto à tipologia da cerâmica Tupiguarani, em se tratando do tratamento de superfície externa das vasilhas, esta pode ser evidenciada apresentando decoração pintada ou plástica (corrugado, escovado, ungulado, inciso, etc.), ou ainda pode ser encontradas cerâmicas sem nenhum tipo de decoração. Com relação à pintura das peças, esta pode ser encontrada tanto na parte externa, como na parte interna da cerâmica. A esse respeito, Etchevarne e Pimentel, expõem que:

[...] As pinturas, derivadas de pigmentos minerais, têm suas especificidades. Quando localizadas na parte externa apresentam padrões geométricos. Nas bordas sugerem imitação de cestarias. Quando são internas, especificamente nos recipientes abertos como os assadores e pratos, os motivos são elaborados com linhas de curvas e retas, misturando pontos, de traço muito fino, o que conforma um conjunto delicado de figuras entrelaçadas que, em alguns casos, lembram os motivos das rendas. (ETCHEVARNE; PIMENTEL, 2011, p. 43).

Conforme já mencionamos, os grupos vinculados a Tradição Tupiguarani, assim como os pertencentes à Tradição Aratu, normalmente tinham como costume, enterrar os seus mortos. Todavia, cabe ressaltar, que os povos Tupiguarani, não possuíam como os grupos da cultura Aratu, urnas funerárias morfologicamente padronizadas, para tal objetivo. Em relação à deposição dos corpos nas urnas, pelos grupos Tupis, de acordo com Etchevarne e Pimentel,

[...] cabe pensar que se tratava de enterramentos primários (o corpo ainda completo) ou secundários, somente o conjunto das partes ósseas devidamente processadas depois de um enterramento primário e desaparecidos os tecidos musculares. (ETCHEVARNE; PIMENTEL, 2011, p. 45).

Cabe destacar, que diversos grupos étnicos, possuem seus próprios tipos de enterramento e conseqüentemente sua própria cultura material, distinguindo-se entre si. É através dessas características, que esses grupos expressam seus contextos simbólicos, suas relações socioculturais e sua complexidade. A cultura material relacionada a esses sepultamentos depende não somente da etnia, mas, das atribuições que o falecido tinha quando em vida, como hierarquia social, idade, sexo, entre outros aspectos. O estudo minucioso destas características pode revelar

a importância que o indivíduo tinha para determinada sociedade. Todavia, nesse estudo não nos deteremos à exploração desses fatores.

3.2 Perfil da Cerâmica Arqueológica

Desde os primórdios da antiguidade, o homem busca meios para sua sobrevivência na procura de recursos alimentares, até a fabricação de instrumentos e utensílios, que facilitassem sua vida e a de seus familiares e/ou grupos.

Pode-se dizer que a cerâmica constitui-se como um dos objetos utilizados pelo homem, moldada a partir da matéria-prima disponível, geralmente argila, associada ou não a algum tipo de aditivo, esses povos davam origem a diversos materiais, conforme o seu imaginário/formas desejadas e suas necessidades de uso e/ou consumo.

3.2.1 Material Cerâmico

A fabricação dos objetos cerâmicos requer a manipulação de materiais e minerais, entre os quais, se destaca a argila - tipo de barro, que possui plasticidade, tornando-se maleável, quando misturado à água.

Conforme já apontamos, a argila é a matéria-prima, mais comumente utilizada, para fabricação da cerâmica, muitas vezes associada à adição de outros componentes, os quais são denominados de antiplástico, aditivo ou tempero, como areia, rochas trituradas, cacos moídos, cauxi, cariapé, entre outros, que proporcionam maior plasticidade e resistência às peças cerâmicas. Quanto à pasta, Cruz e Correia, assinalam que:

Pasta (também designada como fabrico) é uma unidade classificatória utilizando atributos tecnológicos relacionados com a composição das cerâmicas. Enquanto “pasta” depende [sic] principalmente das composição química e/ou mineralógica da argilas e inclusões (ou seja, refere-se a um único atributo), o termo “fabrico”, mais abrangente, inclui, além da composição da pasta, outros aspectos tais como o acabamento de superfícies. Alguns dos principais atributos integrados no “fabrico” são: textura, desengordurante, dureza, espessura, cor, engobe

(presença/ausência), acabamento de superfície (lustro, polimento, etc.). (CRUZ; CORREIA, 2007, p. 25).

O material utilizado na fabricação da cerâmica torna-se fator determinante no resultado final do produto. Os “artesões do passado” possivelmente eram conhecedores das diferenças relacionadas aos componentes da matéria-prima que influenciavam direta ou indiretamente na caracterização do produto, após a secagem e a queima, seja na plasticidade, na resistência, na cor, e demais atributos.

3.2.2 Método de Manufatura

Há várias técnicas utilizadas na fabricação da cerâmica, sendo que a mais comumente encontrada, nos vestígios arqueológicos de grupos pré-históricos, são as peças modeladas manualmente. O método de manufatura manual inclui a técnica de modelagem (modela-se a argila com as mãos, dando forma as peças), a técnica de acordelamento (realizada através de rolos de argila sobrepostos), a técnica de moldes (consiste na utilização de molde, para dar forma ao objeto) e a técnica giratória (a cerâmica é produzida através de torno/roda). Essas duas últimas técnicas constituem-se como sendo métodos de manufatura mais elaborados. A esse respeito, Cruz e Correia, assinalam que:

O fabrico manual é certamente o tipo mais simples de manufatura, [sic] requerendo poucos instrumentos de trabalho, fáceis de obter, e por isso mesmo com um baixo nível de investimento. As principais diferenças em termos de técnicas manuais relacionam-se com a forma como a argila é manuseada e os recipientes construídos. Assim, as principais formas de manufatura manual são: a modelação, a técnica de rolos, a técnica de placas, e a moldagem. (CRUZ; CORREIA, 2007, p. 25).

A análise e identificação, dos métodos de manufatura, das peças cerâmicas, são essenciais, pois ajudam na compreensão da complexidade das técnicas e tecnologias utilizadas por determinados grupos.

3.2.3 Acabamento de Superfície

O acabamento de superfície consiste tanto em corrigir irregularidades deixadas pelo processo de fabrico da cerâmica, quanto em proporcionar as peças um “aspecto

decorativo”, podendo ser realizado nos recipientes ainda úmidos. O termo acabamento de superfície engloba tanto a superfície externa dos objetos quanto à superfície interna, devendo ser analisadas separadamente. Segundo Leroi-Gourhan *et al*,

A superfície deve ser examinada quanto ao relevo: ela é mais ou menos nivelada, *raspada* no fim da confecção, às vezes *enrugada*, isto é, tornada propositadamente irregular; quanto à finura: os elementos grosseiros da pasta são visíveis ou cobertos por uma camada fina de argila; quanto ao brilho: distingue-se especialmente o *alisamento*, tratamento úmido deixando a superfície lisa e fosca, do *polimento*, que se executa quase a seco com um objeto duro e dá um brilho variável, consoante o apuro do trabalho e o grão da argila. O *engobe* é um revestimento argiloso, ao contrário dos vidrados, revestimentos vitrificados pela cozedura (cujo o papel, aliás é nulo em Pré-história). A técnica é das mais delicadas de descobrir se a argila empregada é a de pasta, porque uma película delgada de elementos finos podem também resultar do alisamento ou da ressudação espontânea; reconhece-se com bastante segurança quando se trata de argila de outra cor, branca ou vermelha de ocre por exemplo, cuja camada mesmo muito fina e aderente se delimita nitidamente (o que a distingue de certos efeitos superficiais da queima ou do envelhecimento). (LEROI-GOURHAN *et al*, 1981, p. 253).

Em suma, os acabamentos de superfície se dão da seguinte forma: o alisamento (como o próprio termo já diz, as peças são alisadas corrigindo as irregularidades), o polimento (tratamento dado às peças já alisadas friccionando-as com o auxílio de um objeto de modo a criar um brilho uniforme), o escovado (refere-se à utilização de escova ou outro objeto proporcionando um aspecto rugoso em traços, através da raspagem da peça), o rugoso (alisamento “grosseiro” de modo que a superfície da peça adquira um aspecto rugoso) e o engobe (suspensão da argila com água aplicada as peças já secas, antes da queima, resultando em um aspecto “esmaltado”).

3.2.4 Decoração

Existe uma diversidade de técnicas decorativas das peças cerâmicas, as quais se dividem em dois grupos: pinturas (branco, preto, vermelho, amarelo), e técnicas plásticas (incisão, excisão, gravada, carimbado, entalhado, escovado, raspado, ponteadado, corrugado, ungulado, imbricado, pinçado, apliques, entre outras). Em se tratando da classificação dos cacos decorados, Meggers e Evans, assinalam as seguintes características:

[...] As principais técnicas são: incisão, excisão, modelamento, pintura, escovamento, marcação com corda, estampamento simples, incisão em zig-zag, aplicação e ponteação, todos podendo ocorrer isoladamente ou numa variedade de combinações. Cada uma destas técnicas gerais é passível de sub-divisão. Incisão, por exemplo, pode ser de linha fina ou larga, zoneada ou não, pigmentada, ou combinada com uma ou mais das outras técnicas gerais. (MEGGERS; EVANS, 1970, p. 36).

No que se refere às questões artísticas e estéticas das peças cerâmicas, estas inicialmente não existiam, surgiu quando o homem passou a dominar o manuseio da peça. A este respeito, Cruz e Correia, expõem que:

As técnicas decorativas podem ser divididas em dois tipos base: aquele em que foi aplicado (ou seja, adicionado) material à superfície do recipiente, ou aquele em que a sua superfície foi de algum modo modificada, removendo-se material argiloso. (CRUZ; CORREIA, 2007, p. 37).

A decoração pode estar relacionada tanto com a técnica, como pelos desenhos (motivos), podendo variar da forma simples à mais complexa. A compreensão desse processo decorativo é de suma importância para que se possa analisar corretamente o processo de produção das peças. Segundo Cruz e Correia,

A distinção entre tratamento de superfície e tratamento decorativo é, por vezes, susceptível de interpretação subjectiva [sic] por parte dos arqueólogos, resultando que a mesma técnica seja interpretada por uns como tratamento de superfície e por outros como decoração. Isto acontece no que se refere ao 'brunido' e ao tratamento à escova, ambos interpretados tanto como decoração e acabamento de superfície. Ao descrever-se o tratamento das superfícies deve fazer-se referência à superfície externa do recipiente/fragmento e à superfície interna. (CRUZ; CORREIA, 2007, p. 35).

A forma de decoração das peças é um dos atributos técnicos relevantes no estudo da cerâmica, todavia, em muitos casos, a cerâmica é encontrada bastante fragmentada, o que deixa a desejar a presença dessas e de outras características relevantes para compreensão dos processos que envolveram seu fabrico. Nesse contexto, Cruz e Correia, asseguram que:

A organização decorativa é uma variável da maior importância para a caracterização e classificação dos recipientes cerâmicos. Todavia, pode não aparecer com todo o seu potencial em casos de fragmentos com dimensões reduzidas, não permitindo reconstituir com fiabilidade a localização e organização dos motivos na superfície dos recipientes. Esta variável é essencialmente estilística, tendo um maior significado cultural do que somente a técnica decorativa: tem como base o uso de técnicas decorativas particulares e, por outro lado, contrariamente ao que acontece com a forma, não é tão condicionada por parâmetros funcionais, mas sobretudo por

questões culturais e de gosto individual do oleiro(a) ou do cliente. (CRUZ; CORREIA, 2007, p. 49).

Através da decoração dos utensílios cerâmicos, podemos compreender o nível de criatividade dos diferentes grupos ceramistas. Cabe mencionar outro fator determinante no processo de fabrico da cerâmica: a secagem e a queima.

3.2.5 Classificação e Tipologia

A análise dos vestígios cerâmicos deve ser realizada de forma minuciosa, observando todos os atributos como método de manufatura, tratamento de superfície, decoração, motivos, tipo de aditivo, tipo de bojo – base e borda, marcas de uso, entre outros diversos aspectos classificatórios estabelecidos por estudiosos, no intuito de melhor compreender a evolução tecno-tipológica dos objetos, oriundos de diferentes grupos culturais. A esse respeito, Martin, assinala que:

As classificações dos objetos arqueológicos, sejam tipológicas, cronológicas, tecnológicas ou espaciais, são recursos que o arqueólogo emprega para tentar entender a evolução cultural dos grupos étnicos e sua adaptação a um determinado meio. O homem pré-histórico que elaborava tais objetos não classificou nada, não filiou suas obras a esta ou aquela tradição, nem se considerou periodização a determinado horizonte cultural. A periodização e a divisão em etapas ou fases são criações teóricas dos pesquisadores que, eventualmente, podem não obedecer à verdade. (MARTIN, 2005, p. 152).

Como já apontamos no estudo da cerâmica, uma das principais características a ser observada é a sua morfologia. Quanto à classificação de tipos cerâmicos Meggers e Evans (1970, p. 22) expõem que: “Do ponto de vista do método para seriação da cerâmica, a classificação da mesma tem um objetivo: revelar a mudança sistemática através do tempo”.

Sem dúvida, o estudo da cerâmica, serve como um indicador de como viveram determinados grupos sociais, buscando entender as práticas, as técnicas e tecnologias utilizadas por diferentes grupos durante o processo de fabricação e seu processo evolutivo dentro de cada cultura, como aponta Luna e Nascimento,

No estudo da cerâmica, levamos em consideração a seqüência [sic] e as formas de aplicação das técnicas, de maneira a podermos resgatar a prática

dos antigos ceramistas. Essa prática irá constituir os modos de preparação dos objetos e, conseqüentemente, estes comporão as características gerais da cerâmica, segundo determinadas regras identificadas no processo de produção. (LUNA; NASCIMENTO, 2000, p. 17).

Pode-se afirmar que houve uma predominância de fabrico da cerâmica ainda na pré-história, como evidencia os vestígios cerâmicos encontrados em vários sítios arqueológicos, em diversos territórios. Quanto ao estudo dessa prática milenar, Luna e Nascimento (2000, p. 17), assinalam que: “O estudo da prática cerâmica de um grupo pode ser distinguido em três aspectos: 1. a aquisição de matéria-prima; 2. o tratamento inicial e a fabricação dos objetos; e 3. as formas de consumo desses objetos”.

A aquisição da matéria prima está relacionada à busca e a escolha de fontes adequadas para confecção dos utensílios (argila, aditivos e afins...), bem como o transporte do material até o local de manufatura, levando-se em consideração que o ser humano tinha uma predominância em escolher os locais de moradia próximos a áreas propícias a captação de recursos, como as margens de rios, por exemplo. Todavia, é possível que algumas populações não obedecessem a esse mesmo padrão de ocupação.

De acordo com Luna e Nascimento,

O tratamento inicial refere-se à preparação da matéria-prima para o uso; no caso da argila, a retirada de impurezas indesejadas; a colocação, se necessário para o ceramista, de aditivos que possam melhorar sua manuseabilidade e/ou sua resistência após a queima; a mistura de argilas diferentes; e adição da água para tornar a argila maleável. Quanto a *fabricação dos objetos*, esta etapa envolve as formas de construção; acabamento de superfície; secagem; aplicação de banhos, suspensões e decorações; processo de queima; e tratamento pós-queima. (LUNA; NASCIMENTO, 2000, p. 17).

Quanto às formas de consumo dos objetos e utensílios cerâmicos, relacionam-se com a função social e econômica da peça, ou seja, está relacionada com a finalidade para qual a peça foi produzida, se para consumo próprio do artesão ou do grupo que as produziu, ou para ser comercializada. Segundo Luna e Nascimento,

É importante a análise desses procedimentos para indicar as várias formas de organização na produção da cerâmica, pois esta análise poderá contribuir para a reconstituição dos padrões técnicos e comportamentais

dos ceramistas, dos quais apenas possuímos, como indicador a própria cerâmica. (LUNA; NASCIMENTO, 2000, p. 18).

Através da observação das diversas características intrínsecas aos vestígios cerâmicos, se faz possível identificar os processos de manufatura da cerâmica. De acordo com Meggers e Evans (1970), “Uma classificação de tipo cerâmico deve conter a seguinte informação: Características diagnósticas: (dados peculiares ao tipo e que diferenciam de outros tipos similares)”. Ou seja, tem por objetivo estabelecer as mudanças nos padrões culturais ao longo do tempo.

A cerâmica pode ser considerada como um “documento arqueológico” e a ciência arqueológica, bem como o profissional arqueólogo são “peças chave” para interpretar a historicidade de populações pretéritas através dos vestígios cerâmicos, inferindo comportamento humano e levantando vários questionamentos, tais como: O que levou o homem a produzir à cerâmica e qual a função social da peça: Ritualística? Sepultar mortos? Adorno? Decorativa? Uso doméstico? Ou comércio? Existia algum tipo de hierarquia no processo de fabricação da cerâmica? Quem foi que a produziu? Era apenas uma pessoa ou foi produzida por um grupo? Estas são apenas algumas das questões que envolvem o estudo da cerâmica.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia utilizada neste estudo caracteriza-se em quatro fases: *a priori* consistiu na pesquisa bibliográfica em livros, teses, dissertações, monografias e artigos publicados em revista que abrangem a temática. A segunda fase consistiu na análise de conteúdo que serviu de base para execução da pesquisa. A terceira fase refere-se aos trabalhos desenvolvidos em laboratório como a análise de documentos (fichas de análise, relatórios, livro de tombo) e fotografias. A quarta fase caracteriza-se como sendo a execução da pesquisa propriamente dita. Portanto, a pesquisa caracteriza-se quanto aos seus objetivos como descritiva, do ponto de vista dos procedimentos técnicos configura-se como: bibliográfica e documental.

De acordo com Gil a pesquisa descritiva,

[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados. (GIL, 2008, p. 28).

Neste sentido, Prodanov e Freitas assinalam que:

Tal pesquisa observa, registra, analisa e ordena dados, sem manipulá-los, isto é, sem interferência do pesquisador. Procura descobrir a frequência com que um fato ocorre, sua natureza, suas características, causas, relações com outros fatos. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 53).

Quanto à pesquisa bibliográfica, esta pode ser conceituada segundo Prodanov e Freitas,

Quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

No que se refere à pesquisa documental Gil assinala que:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-

se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, 2008, p. 51).

Ainda segundo o autor (*idem*), (*ibidem*),

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas há que se considerar que o primeiro passo consiste na exploração das fontes documentais, que são em grande número. Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2008, p. 51).

Metodologicamente a pesquisa contou com os seguintes procedimentos: levantamento de dados através de fontes bibliográficas e a análise de conteúdo que serviram de base para execução da pesquisa, contribuindo para elucidar os problemas propostos, utilizamos de três eixos teórico-metodológicos. Portanto, tivemos como aporte teórico os estudos de André Prous (2007), Betty J. Meggers e Clinfford Evans (1970), Carlos Etchevarne e Luydy Fernandes (2011), Carlos Etchevarne e Rita Pimentel (2011), Gabriela Martin (1996), Suely Luna e Ana Nascimento (2000), Valentin Calderón (1969), que atendem a uma metodologia descritivo-bibliográfica, acessada tanto virtualmente como impressa.

Os dados referentes à análise foram obtidos a partir da Ficha de Material Cerâmico de Tombamento do Acervo Diagnóstico e do Salvamento da BR 135, bem como, do Código de Análise de Cerâmica do CAAPA. A terminologia adotada para a caracterização tecno-tipológica está de acordo com a nomenclatura de Betty J. Meggers e Clinfford Evans (1970), Maria das Dores Cruz e Virgílio Hipólito Correia (2007) Leroi-Gourhan (1981) e Igor Chmyz (1976). Os dados referentes à pesquisa são provenientes do 4º Relatório de Pesquisa Trimestral de autoria de Everson Paulo Fogolari (2014). O Banco de Dados Estatístico foi confeccionado com os softwares Word e Excel.

Foi realizado um levantamento imagético do material cerâmico, com o objetivo de apresentar o contexto morfológico e tipológico dos fragmentos.

O estudo *a priori* caracteriza-se em apresentar as bases físicas da área de estudo: geologia, geomorfologia, hidrografia, vegetação, clima, fauna, objetivando o reconhecimento prévio das características e potencialidades físico-ambientais que possivelmente tornaram a região atrativa e propícia à ocupação humana pretérita. Optamos primeiramente, por fazer uma breve explanação sobre as bases físicas da região nordeste, para assim chegarmos à uma melhor compreensão da região em estudo: extremo oeste baiano.

A próxima etapa teve como característica a contextualização do Estado d'Art do Extremo Oeste da Bahia no que tange as ocupações humanas pretéritas. Partindo deste pressuposto, optamos por caracterizar o estudo das populações humanas pretéritas primeiramente na perspectiva mundial, continental, regional e local, para uma melhor compreensão dos leitores. Sendo assim, fizemos uma breve explanação do povoamento na perspectiva mundial levando em consideração alguns estudos e datações de sítios arqueológicos, como o sítio Cactus Hill (EUA), com datações entre 12.000 e 25.000 anos, por exemplo. Em seguida, pontuamos a ocupação humana no continente americano o qual compreende as três Américas: a América do Norte, a América Central e a América do Sul, seguida pela caracterização do povoamento da região nordeste, para assim chegarmos às discussões a respeito da ocupação humana na região oeste da Bahia.

A etapa seguinte teve como objetivo contextualizar a cerâmica arqueológica no território extremo oeste da Bahia. Nossa opção foi fazer um breve levantamento sobre os estudos da cerâmica tendo como ponto de partida o Brasil, seguido dos estudos arqueológicos sobre a cerâmica da região nordeste do Brasil, onde ressaltamos os principais grupos ceramistas do nordeste que foram os Tupiguarani e os Aratu. Nesta etapa tratamos ainda da classificação dos tipos cerâmicos, métodos de manufatura, perfil social, principais técnicas, tratamento de superfície, entre outros.

A fase subsequente foi a contextualização do Sítio Daniela na concepção da ocupação humana em tempos pretéritos, seguida da discussão a cerca da pesquisa arqueológica no Sítio Daniela.

A última etapa teve como objetivo apresentar o resultado da análise do material cerâmico do Sítio Daniela, realizada pela equipe do Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso – CAAPA. A apresentação foi realizada através de um banco de dados estatístico, elencando os seguintes atributos técnico-tipológicos: morfologia do fragmento, tipo de aditivo, tratamento da peça e tipo de bojo.

5 CONTEXTO DO SÍTIO DANIELA NA CONCEPÇÃO DA OCUPAÇÃO HUMANA EM TEMPOS PRETÉRITOS

O Sítio Daniela, como é denominado, está localizado na região oeste da Bahia no município de Correntina, sob as seguintes coordenadas UTM: zona 23L, 0541896/8541470.

Segundo Fogolari (2014, p. 73), “O Sítio Daniela está localizado em uma propriedade particular denominada de sítio Rocha, no Povoado Saloubó, distrito de Correntina, Bahia. Os proprietários são João Neri de Souza e Lucimaura Rocha de Souza”.



Figura 2: Foto do contexto geral do Sítio Daniela
Fonte: HABITUS, 2014.



Figura 3: Mapa da vista satélite do Sítio Daniela
 Fonte: Google Earth, 2018.

Quanto à localização geográfica do município de Correntina, Lima, *et al*, assinala que:

O Município de Correntina abrange uma área com cerca de 1.210.035 há e abriga uma população de aproximadamente 31.900 habitantes. Está localizado a 500 km de Brasília e 980 km de Salvador, entre as coordenadas de 12°59'24'' e 13° 58'44'' de Latitude Sul e 44° 16'54'' de Longitude Oeste. (LIMA, *et al*, 2010, p. 9).

O estudo diagnóstico das nuances que envolvem o meio ambiente como um todo, constitui atividade significativa no processo de compreensão das inter-relações entre o homem e o meio.

A região oeste da Bahia apresenta em seu contexto geomorfológico diferentes ecossistemas e tipos de solo, bem como vegetação, relevo e características climáticas diferenciadas. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário,

O Oeste da Bahia se constitui num espaço tão vasto quanto heterogêneo, encontrando-se grande variedade de ecossistemas, inclusive manchas de florestas e variados tipos de solos, clima, relevo e altitudes. Pode-se afirmar que o Território do Corrente é dividido por duas regiões distintas uma representada pela Região dos Gerais (Cerrado) com as cidades de Correntina, Jaborandi e Cocos e a outra região de Transição da Caatinga para o Cerrado formada pelos municípios de Santana, Brejolândia, Santa Maria da Vitória, Canapolis, Tabocas, Serra Dourada, Coribe e São Felix do Coribe. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p. 15).

Sabe-se que os diferentes grupos humanos geralmente buscavam os lugares para habitar nas proximidades de corpos hídricos em busca de facilitar os aspectos da sua vida cotidiana, com recursos que poderiam os favorecer, como acesso a água, alimentação e solo fértil, por exemplo. Segundo Ramalho,

A Região Oeste da Bahia faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Essa região é banhada pelos rios Grande, Preto, Corrente e Carinhonha e ainda outros vinte e nove rios perenes. É considerada a região mais rica em recursos hídricos do Nordeste Brasileiro. As bacias desses rios atingem 62.400 km² o que equivale a 82% das áreas dos cerrados. (RAMALHO, 2013, p. 54).

Analisando os aspectos físico-ambientais da região oeste da Bahia, podemos considerar que esse território apresentava as características propícias à ocupação humana, que provavelmente atraíram muitos desses povos do passado à habitar na região, conforme aponta Reis,

A ocupação dos cerrados teve início há muito tempo. Trata-se de um processo que vem se desenrolando por espasmos e em consequência de eventos desconexos. Os cerrados brasileiros sempre foram utilizados como áreas naturais de pastagem, porém com a crescente demanda de alimentos, estas áreas viram-se ocupadas pela agricultura, que de suas terras retira grandes quantidades de grãos e cereais, como soja, trigo, milho e arroz. A sua ocupação com atividades agrícolas modernas, vinculadas ao agronegócio é uma realidade. Trata-se de um processo que vem transformando este bioma, pois a retirada de sua cobertura vegetal promove um profundo processo de sua degradação ambiental. (REIS, 2014, p. 16).

Com as intensas modificações e degradações do paleoambiente ao longo do tempo, muitas características relacionadas ao período de ocupação do território, que poderiam nos dar informações do modo de vida de determinados grupos e do ambiente que os circundavam, provavelmente se perderam. Todavia, através do estudo dos vestígios arqueológicos encontrados, torna-se possível compreender (ao menos parcialmente) a história dos diferentes grupos do passado que habitaram a região.

O município hoje denominado de Correntina, por se tratar de uma região que possui um grande potencial hídrico, sendo banhado por diversos rios, e por estar relacionado ao Ciclo do Ouro, tornou-se desde os tempos remotos um local de exploração para migrantes, seja para moradia ou apenas como local de passagem.

Em relação ao uso da propriedade, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, assinala que:

Os desbravadores eram portadores de concepções de propriedade, de homem e de mundo, diversas e antagônicas às concepções indígenas. Para estes, a terra era propriedade ou posse comunal, e não individual. Frequentemente, [sic] o território indígena era mais domínio que propriedade, sancionado por costumes e tradições ligados à origem de grupo, aos seus antepassados ao passo que a terra, para o desbravador, reveste-se de um caráter privado e tem um significado econômico voltado para o mercado, bem como um significado social e político associado a interesses de prestígio e de poder. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p. 29).

Sabe-se que, para a cultura indígena, o solo é considerado algo sagrado, bem como os aspectos da natureza (os rios, a cachoeira, a floresta, entre outros). Os diferentes povos indígenas, independente da sua etnia, mantêm uma estreita relação com diferentes aspectos simbólicos, constituindo-se como uma tradição cultural que é mantida ainda na atualidade por diferentes grupos indígenas, e que são transmitidos de geração a geração através da oralidade, sobrevivendo a milhares de anos. Nesse contexto, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, expõe que:

Devido às características socioculturais das populações indígenas, o relacionamento com a terra, com as matas, com o rio, normalmente, trazem imbricadas relações de parentesco, iniciativas econômicas, ritos e crenças acerca da vida e da morte – o natural e o social estão entrelaçados e introjetados no modo de viver da sociedade. Na dinâmica socioeconômica indígena, o solo se esgota rapidamente e em seguida é abandonada – provocando o deslocamento constante no território; a caça e a pesca rotineiramente podem forçar caminhadas para abastecer o grupo. Essas e outras razões mostram que a comunidade indígena carece de amplos espaços para manter sua autonomia econômica e cultural como povo. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010, p. 29).

Em contra partida, o interesse dos desbravadores não índios era o de adquirir fortunas, e para tal exploravam diversos territórios em busca de algo que lhes visasse lucro como ouro, pedras preciosas, e pessoas as quais eram traficadas e vendidas para mão de obra escrava, enxergando na presença indígena um empecilho para tal, tendo em vista, que os índios possuíam em seu domínio, uma boa quantidade de terra e resistiam bravamente às investidas de colonizadores em seus territórios.

Os índios, como já apontado, foram muitas vezes aldeados e escravizados e, muitas outras, migravam para outros territórios, longe do alcance de colonizadores. Todavia, cabe ressaltar, que muitas vezes foi inevitável o confronto entre índios e colonizadores pela disputa do território, ou até mesmo entre grupos indígenas distintos. O fato é que os índios adquiriram a característica de resistência em prol da defesa de seu espaço territorial, dando origem ao que ficou denominado de “Guerra dos Bárbaros”.

Possivelmente a região de Correntina onde se localiza o sítio em estudo, recebeu várias levas migratórias tanto em tempos pré-históricos, como no período colonial, por se localizar em uma região onde os recursos físicos e ambientais são abundantes, e por ser rota de transição entre diversos territórios.

Os vestígios cerâmicos coletados no Sítio Arqueológico Daniela comprovam a presença de grupos indígenas na região e nos fornecem informações sobre as técnicas utilizadas por esses grupos ceramistas. Como já mencionamos, tais vestígios são provenientes da pesquisa arqueológica no referido sítio, ocorrida em 2010, com a realização do diagnóstico prospectivo, onde foram coletados materiais arqueológicos de superfície, culminando no salvamento arqueológico em 2014.



Figura 4: Foto do material cerâmico coletado em superfície
Fonte: HABITUS, 2014.



Figura 5: Foto da equipe em campo delimitando as quadrículas
Fonte: HABITUS, 2014.

Tal pesquisa refere-se ao Salvamento Arqueológico em áreas do entorno do empreendimento, ocorrido no processo de pavimentação de alguns trechos da BR 135, a qual engloba parte dos Municípios de Cocos, Coribe, São Desidério, Barreiras, e Correntina – BA. Esta última é onde se localiza o sítio em estudo. O resgate arqueológico foi realizado pela Empresa HABITUS, tendo como Coordenador Responsável o Dr. Everson Paulo Fogolari.



Figura 6: Foto do momento final da escavação
Fonte: HABITUS, 2014.

5.1 O Material Cerâmico do Sítio Daniela

O material cerâmico proveniente da Pesquisa Arqueológica foi coletado na superfície, na camada de limpeza realizada com 10 cm de profundidade e na 1ª camada com 20 cm de profundidade, e a maior quantidade dos vestígios cerâmicos foram coletados na 1ª camada perfazendo um total de aproximadamente 30 (47,6%) dos vestígios, seguido da camada de limpeza que representa 22 (34,9%) dos fragmentos coletados e em menor proporção à camada superfície com 11 (17,4%) do total de fragmentos.

Os dados apresentados são provenientes do resultado da análise do material cerâmico do sítio em estudo, realizada pela equipe do CAAPA, coordenada pela Dr^a. Cleonice Vergne, seguindo as estruturas normativas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que estabelece parâmetros de cautela pautados na seguinte metodologia: limpeza (efetivada com escovas de dente macias), numeração (realizada de acordo com a etiqueta a qual o vestígio foi plotado e retirado da escavação) acondicionamento (caixa de marfinita devidamente etiquetada/referenciada) e catalogação (digitalização do material no livro de tombo).

A análise parte *a priori* da classificação tipológica dos vestígios: morfologia do fragmento, morfologia da peça, tipo de bojo, tipo de borda, tipo de base, tratamento de superfície, tipo de aditivo e dimensões (peso, largura, comprimento e espessura). Partindo desse pressuposto, serão apresentados 41 fragmentos do Acervo Diagnóstico e 63 fragmentos do Acervo Salvamento, através de Banco de Dados Estatístico. Os elementos escolhidos para apresentação da análise foram à morfologia do fragmento, o tipo de antiplástico utilizado, o tratamento de superfície externa e o tipo de bojo, devido esses elementos apresentarem uma maior quantidade de variáveis.

5.1.1 Acervo Diagnóstico

Morfologia do Fragmento

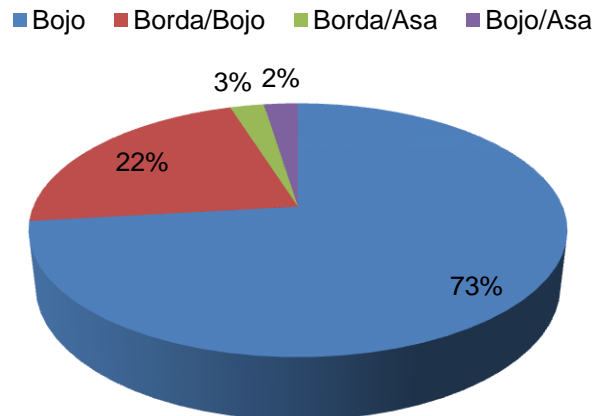


Gráfico 1- Quantitativo da Morfologia do Fragmento

A análise tecno-tipológica da morfologia do fragmento refere-se à separação dos vestígios quanto ao bojo, borda e base. Quanto ao bojo, Chmyz (1976, p. 123), assinala: “Parte de maior diâmetro externo do recipiente”. Em relação à forma destacam-se: esférico, semiesférico, cônico, direto, cilíndrico, etc. Com relação à borda, ainda conforme o autor (idem) (ibidem) refere-se a “Parte terminal da parede, junto à boca”. Em se tratando da forma, a borda pode ser: direta, introvertida, extrovertida, entre outras. Quanto à base, ainda segundo Chmyz (1976, p. 122), refere-se a “Parte inferior, de sustentação do vasilhame”. Quanto à forma, pode ser: plana, côncava, convexa, em pedestal, cônica, etc.

Em se tratando da morfologia do fragmento do material cerâmico do Acervo Diagnóstico, verificamos que um total de 30 (73%) dos fragmentos constitui-se como bojo; 9 (22%) das peças são classificadas como sendo borda/bojo; 1 (3%) vestígio, refere-se a borda/asa e 1 (2%) fragmento, classifica-se como bojo/asa.

Tipo de Bojo

■ Bojo Semi-esférico ■ Bojo Direto ■ Não Identificado

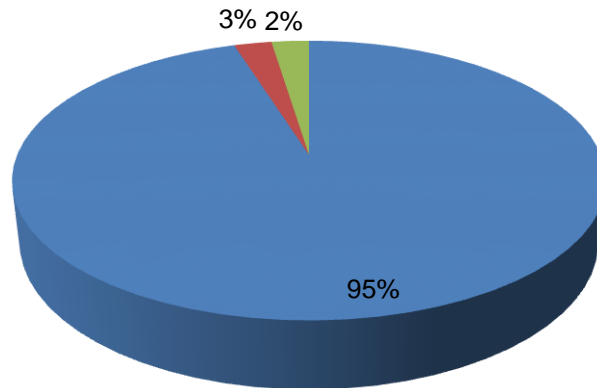


Gráfico 2- Quantitativo do Tipo de Bojo

Quanto ao tipo de bojo, 39 (95%) dos fragmentos, constitui-se como sendo bojo semiesférico; 1 (3%) peça, como bojo direto e 1 (2%) vestígio, não foi identificado.

Superfície Externa

■ Alisado ■ Inciso

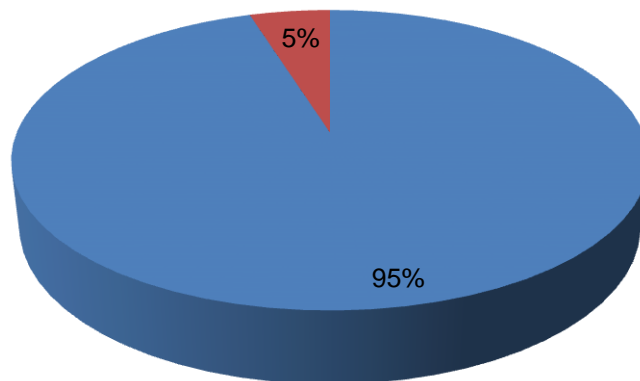


Gráfico 3- Tratamento de Superfície Externa

Em relação ao tratamento de superfície externa, verificamos apenas duas variáveis: o alisado presente em 39 (95%) dos fragmentos e o inciso em 2 (5%) das peças.

Tipo de Aditivo

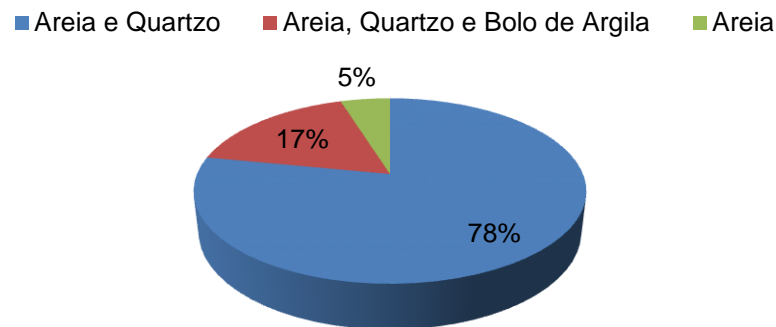


Gráfico 4- Quantitativo do Tipo de Aditivo

Quanto ao tipo de aditivo utilizado na fabricação da cerâmica, o antiplástico areia e quartzo estão presentes em 32 (78%) dos fragmentos; areia, quartzo e bolo de argila em 7 (17%) das peças; e areia em 2 (5%) dos fragmentos.

5.1.2 Acervo Salvamento

Morfologia do Fragmento

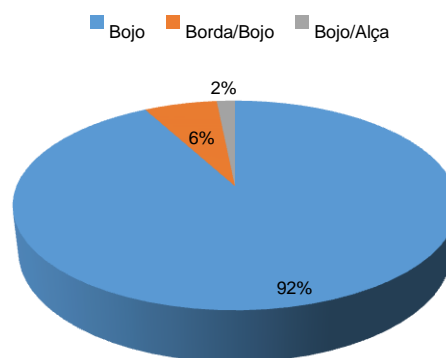


Gráfico 5- Morfologia do Fragmento

Através da análise da morfologia do fragmento verificamos que 58 (92%) das peças é bojo; 4 (6%) dos fragmentos, caracterizam-se como borda/bojo; e apenas 1 (2%) vestígio, refere-se a bojo/alça.

Tipo de Bojo

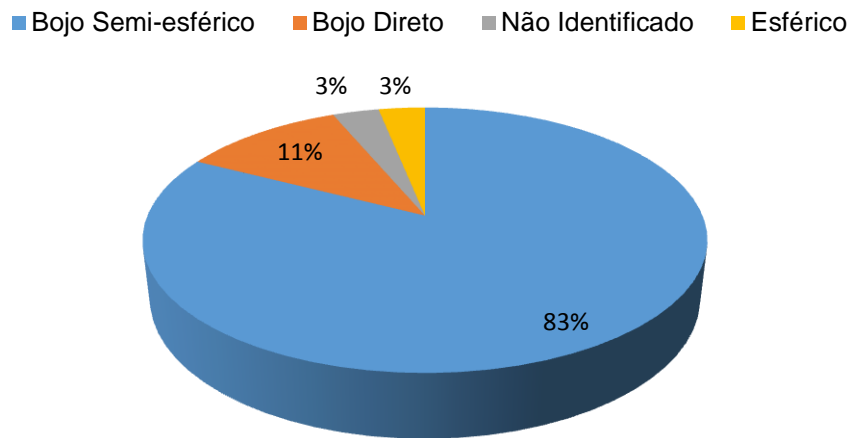


Gráfico 6- Tipo de Bojo

A classificação quanto ao tipo de bojo diz respeito à forma dos vestígios e geralmente está associada à geometria. A partir desta observação identificamos 52 (83%) fragmentos como sendo bojo semi-esférico; 7 (11%) possui bojo direto; 2 (3%) bojo esférico e 2 (3%) dos fragmentos não foram identificados.

Superfície Externa

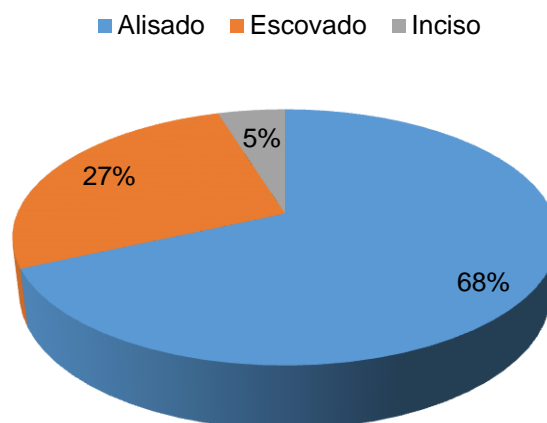


Gráfico 7- Superfície Externa

Quanto ao acabamento da superfície externa foram identificadas três variações estilísticas:

- 1- O alisado é o mais comum 43 (68%) dos fragmentos. Segundo Cruz e Correia (2007, p. 35), a técnica de acabamento de superfície por alisamento “Tem como objectivo [sic] principal eliminar as irregularidades da confecção dos recipientes, resultando numa superfície uniforme, mas sem brilho”.
- 2- O escovado encontra-se presente em 17 (27%) dos fragmentos. Esta técnica de acordo com Cruz e Correia (2007, p. 36), “Resulta de uma raspagem da pasta ainda húmida pela aplicação de uma escova de pêlos mais ou menos flexíveis, resultando num aspecto rugoso da superfície dos recipientes”.
- 3- O inciso aparece em menor quantidade, perfazendo um total de apenas 3 (5%) fragmentos. Quanto ao acabamento de superfície inciso, Chmyz, assinala que:

[...] Tipo de decoração que consiste em incisões praticadas por meio da extremidade aguçada de instrumentos variados, na superfície da cerâmica, antes da queima. As incisões variam em comprimento, largura e profundidade, podendo apresentar secções regulares ou irregulares. (CHMYZ, 1976, p. 133).

O tratamento de superfície refere-se à técnica de acabamento dada as peças, seja aplicação de banhos, decoração, aplique, entre outros.

Tipo de Aditivo

■ Areia e Quartzo ■ Areia ■ Areia, Quartzo e Bolo de argila

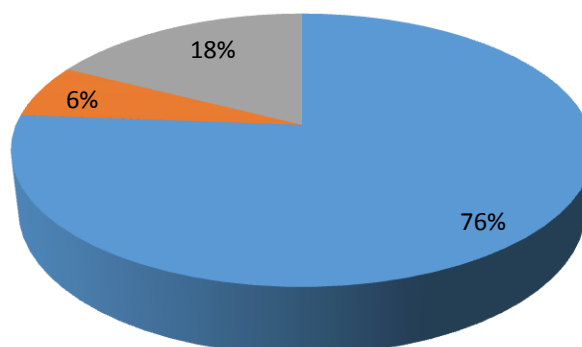


Gráfico 8- Tipo de Aditivo

O antiplástico é o elemento utilizado para fabricação da cerâmica, ou seja, é o tipo de aditivo que compõe a pasta tornando as peças mais resistente, ou mais susceptível de quebra e rachadura como é o caso das cerâmicas produzidas com o tipo de aditivo areia, em contrapartida, as peças produzidas com areia e quartzo, por exemplo, tornam-se mais resistentes. Em relação ao tipo de aditivo foram identificados três tipos diferentes de antiplástico empregados na fabricação da cerâmica: 1- areia e quartzo, estando presente em 48 (76%) dos vestígios; 2- areia, quartzo e bolo de argila, o qual se encontra em 11 (18%) dos fragmentos, e 3- areia, presente em um total de 4 (6%) das peças.

O material apresentado foi analisado em laboratório seguindo as estruturas normativas do IPHAN para os procedimentos realizados em laboratório pautados na cautela do bem patrimonial, conforme a seguinte metodologia: limpeza, numeração, análise, acondicionamento e catalogação. A comprovação dos dados referentes à análise encontra-se exposta em Apêndice A, B e C.

5.2 Levantamento Imagético

5.2.1 Acervo Diagnóstico



Fotografia 1 – Fragmento de cerâmica etiqueta 427
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 1 refere-se a etiqueta 427 do Acervo Diagnóstico do sítio em estudo, foi encontrada na camada superfície; quanto a morfologia do fragmento se caracteriza como sendo bojo semiesférico, todavia, não é possível identificar a morfologia da

peça. Este fragmento apresenta em sua composição mineralógica areia e quartzo; e tratamento de superfície externa alisado.



Fotografia 2 – etiqueta 428
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 2 refere-se a etiqueta 428 do Acervo, bojo semiesférico, encontrado na camada superfície; morfologia da peça não identificada; superfície externa alisada, e quanto ao tipo de aditivo presente em sua composição, refere-se a areia.



Fotografia 3 – etiqueta 429
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 3 apresenta material de superfície, caracterizado como sendo bojo semiesférico, tendo na sua composição areia e quartzo; e superfície externa alisada. Quanto à morfologia da peça não foi possível identifica-la.



Fotografia 4 – etiqueta 430
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 4 é referente a etiqueta 430, material encontrado em superfície, classificada como bojo semiesférico; quanto a sua composição mineralógica, verifica-se o uso do antiplástico areia e quartzo; em se tratando do tratamento de superfície externa, constitui-se como alisado, e quanto a morfologia da peça não foi possível identifica-la.



Fotografia 5 – etiqueta 431
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 5 - etiqueta 431 refere-se a um fragmento cerâmico coletado em superfície, caracterizado como bojo semiesférico, apresenta na sua composição os aditivos areia e quartzo, acabamento de superfície externa alisada e morfologia da peça não identificada.



Fotografia 6 – etiqueta 432
Fonte: Vergne, 2018.

A Fotografia 6 – etiqueta 432 mostra um fragmento de bojo semiesférico, coletado em superfície, com o acabamento de superfície externa alisado, e morfologia da peça não identificada. Quanto ao tipo de antiplástico presente na composição da peça verifica-se o uso de areia, quartzo e bolo de argila.



Fotografia 7 – etiqueta 433
Fonte: Vergne, 2018.

A Fotografia 7 – etiqueta 433 apresenta um fragmento de bojo semiesférico, com o tratamento de superfície alisado, apresentando em sua composição o uso de areia e quartzo como antiplástico. Em se tratando da morfologia do fragmento, não é possível identifica-la.



Fotografia 8 – etiqueta 434
Fonte: Souza, 2018.

A Fotografia 8 – etiqueta 434 exibe um fragmento cerâmico coletado em superfície, caracterizado como sendo bojo semiesférico, de superfície externa alisada. Quanto ao tipo de aditivo presente em sua composição, verifica-se o uso de areia, quartzo e bolo de argila, todavia, com relação à morfologia da peça, não é possível identificá-la.



Fotografia 9 – etiqueta 435
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 9 – etiqueta 435 expõe um fragmento cerâmico coletado em superfície, classificado como bojo semiesférico, com a técnica de acabamento de superfície externa por alisamento, apresentando em sua composição mineralógica o uso de areia e quartzo. Em se tratando da morfologia da peça, não é possível identificá-la.



Fotografia 10 – etiqueta 436
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 10 – etiqueta 436 mostra um fragmento cerâmico coletado em superfície, classificado como sendo bojo semiesférico, de superfície externa alisada, tendo como antiplástico areia e quartzo, e morfologia da peça não identificada.



Fotografia 11 – etiqueta 437
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 11 – etiqueta 437 exibe um fragmento cerâmico coletado em superfície, classificado como sendo, bojo semiesférico, com acabamento de superfície externa alisada, tendo como aditivo areia e morfologia da peça não identificada.



Fotografia 12 – etiqueta 439
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 12 – etiqueta 439 apresenta fragmento cerâmico, coletado na superfície, classificado como bojo semiesférico, com superfície externa alisada e composição mineralógica composta por areia, quartzo e bolo de argila.



Fotografia 13 – etiqueta 440
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 13 – etiqueta 440 exibe fragmento cerâmico, coletado em superfície, classificado como bojo direto, com sua superfície externa alisada, apresentando em sua composição o tipo de aditivo areia e quartzo. Quanto à morfologia da peça, não é possível identifica-la.



Fotografia 14 – etiqueta 441
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 14 – etiqueta 441 expõe um fragmento cerâmico coletado em superfície, caracterizado como bojo semiesférico, com o tratamento de superfície externa por alisamento, e composição mineralógica com o uso dos antiplásticos areia e quartzo.



Fotografia 15 – etiqueta 442
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 15 – etiqueta 442 exhibe fragmento coletado em superfície, considerado como sendo bojo semiesférico, com superfície externa alisada, apresentando em sua composição o uso do tempero areia, quartzo e bolo de argila.



Fotografia 16 – etiqueta 443
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 16 – etiqueta 443 expõe um fragmento de bojo semiesférico, coletado em superfície, com a técnica de tratamento de superfície externa por alisamento, apresentando em sua composição o uso do aditivo areia e quartzo. Quanto à morfologia da peça não é identificável.



Fotografia 17 – etiqueta 445
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 17 – etiqueta 445 exhibe um fragmento de bojo semiesférico, coletado em superfície, com superfície externa alisada, e composição mineralógica com o uso do antiplástico areia, quartzo e bolo de argila.



Fotografia 18 – etiqueta 446
 Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 18 – etiqueta 446 exibe um pequeno fragmento encontrado em superfície, classificado como bojo semiesférico, com superfície externa alisada, apresentando em sua composição o uso dos aditivos areia e quartzo.



Fotografia 19 e 20 – etiqueta 447
 Fonte: Vergne, 2018.

As fotografias 19 e 20 – etiqueta 447 apresenta um fragmento cerâmico coletado em superfície, classificado como sendo borda/asa, sendo a borda caracterizada como borda direta. Quanto à técnica de tratamento de superfície, caracteriza-se como alisado, composto por areia e quartzo.



Fotografia 21 – etiqueta 448
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 21 – etiqueta 448 expõe um fragmento coletado em superfície, classificado como sendo bojo semiesférico, apresentando acabamento de superfície externa incisa, e na sua composição o uso dos antiplásticos areia e quartzo.



Fotografia 22 – etiqueta 449
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 22 – etiqueta 449 apresenta um fragmento coletado em superfície, caracterizado como bojo semiesférico, tratamento de superfície externa com a técnica por alisamento, apresentando em sua composição o uso dos aditivos areia e quartzo.



Fotografia 23 – etiqueta 450
 Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 23 – etiqueta 450 - fragmento de bojo semiesférico, encontrado em superfície. Por ser um fragmento pequeno não é possível identificar a morfologia da peça. Quanto ao tratamento de superfície externa, constitui-se como alisado e em sua composição, apresenta os antiplásticos, areia e quartzo.



Fotografia 24 – etiqueta 451
 Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 24 – etiqueta 451 exibe um fragmento cerâmico coletado em superfície, classificado como sendo bojo semiesférico, com superfície externa alisada, apresentando em sua composição mineralógica, os antiplásticos areia e quartzo.



Fotografia 25 e 26 – etiqueta 452
 Fonte: Vergne, 2018.

As fotografias 25 e 26 – etiqueta 452 refere-se a um fragmento cerâmico, coletado em superfície, classificado como bojo/asa, em se tratando de que a peça possui um pequeno apêndice. Quanto ao tipo de bojo, este, se constitui, como semiesférico. Em relação ao acabamento de superfície externa, caracteriza-se como alisada; e quanto aos antiplásticos presentes em sua composição, verifica-se o uso da areia e quartzo.



Fotografia 27 – etiqueta 453
 Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 27 – etiqueta 453 – fragmento coletado em superfície, caracterizado como bojo semiesférico e superfície externa alisada. Quanto ao tipo de aditivo presente na composição da peça, observa-se o uso da areia e quartzo.



Fotografia 28 – etiqueta 454
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 28 – etiqueta 454 – exhibe fragmento de pequenas dimensões, classificado como bojo semiesférico, com superfície externa alisada e quanto à composição, verifica-se a presença dos antiplásticos areia, quartzo e bolo de argila.



Fotografia 29 – etiqueta 455
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 29 – etiqueta 455 – fragmento coletado em superfície, classificado como sendo bojo semiesférico e superfície externa alisada. Quanto ao antiplástico, refere-se a areia quartzo e bolo de argila.



Fotografia 30 – etiqueta 456
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 30 – etiqueta 456 – exhibe fragmento cerâmico coletado em superfície, caracterizado como bojo semiesférico, com superfície externa alisada, e quanto ao tipo de aditivo é composto por areia, quartzo e bolo de argila.



Fotografia 31 – etiqueta 457
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 31 – etiqueta 457 – expõe fragmento cerâmico coletado em superfície, classificado como bojo semiesférico, com superfície externa alisada e composição mineralógica com o uso de areia e quartzo.



Fotografia 32 – etiqueta 458
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 32 – etiqueta 458 – refere-se a um fragmento coletado em superfície, caracterizado como sendo bojo semiesférico, com superfície externa alisada. Em se tratando da composição da pasta, esta apresenta a presença dos aditivos, areia e quartzo.



Fotografia 33 – etiqueta 460
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 33 – etiqueta 460 expõe fragmento coletado em superfície, classificado como bojo semiesférico, com superfície externa alisada, e pasta composta com os aditivos, areia e quartzo.



Fotografia 34 – etiqueta 469
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 34 – etiqueta 469 exhibe fragmento encontrado em superfície, classificado na categoria de bojo semiesférico, com superfície externa alisada e pasta composta com a adição dos temperos, areia e quartzo.



Fotografia 35 – etiqueta 470
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 35 – etiqueta 470 refere-se a fragmento de bojo semiesférico, com superfície externa alisada, e pasta composta com o uso dos aditivos, areia e quartzo. Quanto à morfologia da peça, não é possível identifica-la.



Fotografia 36 e 37 – etiqueta 471 e outros...
 Fonte: Vergne, 2018.



Fotografia 38 – etiqueta 471 e outros...
 Fonte: Vergne, 2018.

As fotografias 36, 37 e 38 – etiqueta 471 e outras... Apresentam a reconstituição parcial formada pela junção de alguns fragmentos coletados em superfície, referentes às etiquetas: 438, 444, 465, 467 e 471. Tais fragmentos que compõem a peça semi-completa, são classificados quanto a sua morfologia, como borda/bojo. Quanto à forma dos vestígios, caracterizam-se como bojo semiesférico, com borda introvertida. Em relação ao tratamento de superfície externa, apresenta a técnica do alisamento, e quanto ao tipo de pasta, verifica-se o uso do aditivo, areia e quartzo.



Fotografia 39 e 40 – etiqueta 463 e outros...

Fonte: Vergne, 2018.

As fotografias 39 e 40 – etiqueta 463 e outras... Apresentam a reconstituição parcial formada pela junção de fragmentos coletados em superfície, referentes às etiquetas: 462, 463, 464 e 466. Tais vestígios cerâmicos que formam a peça semi-completa, são classificados quanto a sua morfologia, como borda/bojo. Quanto à forma dos vestígios, caracterizam-se como sendo bojo semiesférico e borda introvertida. Em se tratando do tratamento de superfície externa, apresenta a técnica do alisamento, e quanto ao tipo de pasta, verifica-se o uso do antiplástico, areia e quartzo.

5.2.2 Acervo Salvamento



Fotografia 41 – etiqueta 08

Fonte: Souza, 2018.

A fotografia 41 – etiqueta 08 apresenta um conjunto com cinco fragmentos cerâmicos do Acervo Salvamento do Sítio em estudo, coletados em superfície. O

material cerâmico apresenta diferentes classificações, todavia, alguns fragmentos apresentam similitude em se tratando da forma dos vestígios, caracterizando-os como bojo semiesférico, tratamento de superfície externa escovado, sendo que, em apenas um destes fragmentos, apresenta o acabamento alisado e bojo direto. Dois fragmentos deste conjunto caracterizam-se, como borda/bojo, porém, apresentam atributos distintos, sendo que um destes fragmentos apresenta borda introvertida, tratamento de superfície externa, alisado, e bojo semiesférico. Em contrapartida, o outro se caracteriza como borda direta, bojo não identificado e tratamento de superfície externa, alisado. Todavia, quanto ao tipo de aditivo utilizado na composição, todos os fragmentos apresentam o mesmo tipo de tempero, sendo este, areia e quartzo.



Fotografia 42 – etiqueta 09
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 42 – etiqueta 09 exhibe um conjunto contendo seis fragmentos coletados em superfície. Os fragmentos que compõe esse conjunto são semelhantes apenas quanto a sua morfologia, pois se referem a bojo semiesférico. Quanto ao tipo de aditivo verifica-se a presença da areia e quartzo em dois dos fragmentos, sendo que estes apresentam também as mesmas características quanto ao acabamento de superfície externa, o escovado. O tempero areia, quartzo e bolo de argila estão presentes em dois dos fragmentos, todavia, apresentam técnica de acabamento de superfície externa distintas, alisado e escovado. Em apenas um fragmento desse conjunto, aparece apenas a areia como antiplástico.



Fotografia 43 – etiqueta 13
 Fonte: Souza, 2018.

A fotografia 43 – etiqueta 13 apresenta um fragmento cerâmico coletado na camada de limpeza na quadrícula CD 3/4. Refere-se a bojo direto, tendo na sua composição areia e quartzo e quanto ao acabamento de superfície externa refere-se à técnica por escova.



Fotografia 44 – etiqueta 18
 Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 44 – etiqueta 18 exhibe um conjunto contendo 10 fragmentos cerâmicos, coletados na camada limpeza, na quadrícula JL 1/2. Os fragmentos cerâmicos são semelhantes quanto à sua morfologia, caracterizados como sendo bojo. Todavia, conforme a forma dos vestígios destacam-se o tipo de bojo semiesférico e o direto, porém, um dos fragmentos não é possível identifica-lo quanto à forma. Em se tratando do tratamento de superfície, também se divergem entre o escovado,

presente em dois dos fragmentos e o alisado nos demais. Quanto ao tipo de antiplástico que compõe a pasta, verifica-se, o uso de areia e quartzo, em um número maior de fragmentos e o aditivo areia, quartzo e bolo de argila, em apenas quatro fragmentos desse conjunto.



Fotografia 45 – etiqueta 19
Fonte: Vergne, 2018.

A Fotografia 45 – etiqueta 19 expõe um fragmento coletado na camada limpeza na quadrícula JL 1/2, refere-se a um fragmento classificado como bojo semiesférico, com tratamento de superfície externa escovada e apresenta em sua composição mineralógica o uso dos temperos, areia, quartzo e bolo de argila.



Fotografia 46 – etiqueta 20
Fonte: Souza, 2018.

A fotografia 46 – etiqueta 20 apresenta dois fragmentos cerâmicos coletados na camada de limpeza, na quadrícula JL 1/2, ambos classificam-se como bojo

semiesférico, e apresentam na sua composição os aditivos, areia e quartzo. Todavia, quanto ao acabamento de superfície apresentam técnicas distintas, o alisado e o escovado.



Fotografia 47 – etiqueta 21
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 47 – etiqueta 21 apresenta um conjunto contendo quatro fragmentos coletados na camada de limpeza, na quadrícula JL 1/2. Os fragmentos são semelhantes quanto a sua morfologia, caracterizados como bojo semiesférico. Todavia, um dos fragmentos classifica-se como sendo bojo direto. Quanto ao tipo de aditivo, quatro dos fragmentos apresentam em sua composição, areia e quartzo, e apenas um deles, apresenta areia, quartzo e bolo de argila. Em se tratando do tratamento de superfície externa, predomina o escovado presente em três dos fragmentos, e o alisado em apenas um destes.



Fotografia 48 – etiqueta 26
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 48 – etiqueta 26 exibe dois fragmentos coletados na camada de limpeza, na quadrícula JL 5/6, ambos apresentam os mesmos atributos, classificados como bojo semiesférico, apresentando na sua composição os antiplásticos, areia e quartzo e superfície externa alisada.



Fotografia 49 – etiqueta 28
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 49 – etiqueta 28 exibe conjunto de três fragmentos coletados na 1ª camada, na quadrícula AB 1/2. Tais fragmentos são semelhantes quanto sua morfologia, caracterizados como sendo bojo semiesférico, com superfície externa alisada. Quanto ao tipo de aditivo, predomina o uso de areia, quartzo e bolo de argila, estando presente em dois dos fragmentos e em um destes, o uso dos aditivos, areia e quartzo apenas.



Fotografia 50 – etiqueta 41
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 50 – etiqueta 41 apresenta um conjunto contendo quatro fragmentos coletados na 1ª camada, na quadrícula JL 1/2. Os fragmentos são semelhantes, quanto ao tipo de pasta, composta com os aditivos, areia e quartzo, e quanto ao tipo de bojo semiesférico, sendo que um dos fragmentos classifica-se como bojo/alça.



Fotografia 51 – etiqueta 42
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 51 – etiqueta 42 expõe um conjunto de sete fragmentos coletados 1ª camada, na quadrícula JL 1/2. Os fragmentos se assemelham quanto sua a morfologia, como sendo bojo, e tratamento de superfície externa alisada. Quanto à forma dos vestígios apresenta três variáveis: bojo semiesférico, bojo direto e bojo esférico. E em relação ao tipo de aditivo que compõe a pasta, destacam-se o uso de areia e quartzo em seis das peças e os antiplásticos, areia, quartzo e bolo de argila em apenas um dos fragmentos.



Fotografia 52 – etiqueta 43
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 52 – etiqueta 43 exhibe três fragmentos coletados na 1ª camada, na quadrícula JL 1/2. Os fragmentos se assemelham quanto ao tipo de bojo,

classificados como sendo bojo semiesférico, sendo que um dos fragmentos caracteriza-se como bojo/borda, sendo a borda introvertida. Em relação ao tipo de pasta, tendo em sua composição areia e quartzo. Quanto ao tratamento de superfície externa, dois dos fragmentos, apresentam acabamento alisado e um inciso.



Fotografia 53 – etiqueta 45
Fonte: Vergne, 2018.

A fotografia 53 – etiqueta 45 exhibe um conjunto contendo sete fragmentos coletados na 1ª camada, na quadrícula JL 5/6. Tais fragmentos são semelhantes quanto a sua morfologia, classificando-os como bojo, e quanto ao tipo de tratamento de superfície externa alisado. Em relação ao tipo de tempero utilizado na composição da pasta, quatro dos fragmentos apresenta areia e quartzo, e dois destes, apenas areia. Quanto à forma dos vestígios, cinco dos fragmentos caracterizam-se com bojo semiesférico, e os demais como bojo direto e bojo esférico.



Fotografia 54 – etiqueta 46
Fonte: Souza, 2018.

A fotografia 54 – etiqueta 46 exhibe dois fragmentos coletados na 1ª camada, na quadrícula JL 5/6. Os fragmentos apresentam similitude quanto sua morfologia caracterizada como bojo semiesférico. Todavia, são distintos com relação ao tratamento de superfície externa, alisado e escovado, e quanto ao tipo de aditivo, em um dos fragmentos verifica-se apenas areia, no outro areia e quartzo.



Fotografia 55 – etiqueta 50
Fonte: Souza, 2018.

A fotografia 55 – etiqueta 50 expõe dois fragmentos cerâmicos coletados na camada de limpeza A1. Tais fragmentos se assemelham quanto à sua morfologia, classificados como sendo bojo semiesférico, e em relação ao tipo de aditivo, areia e quartzo. Todavia, são distintos em relação ao tratamento de superfície externa, escovado e alisado.



Fotografia 56 – etiqueta 53
Fonte: Souza, 2018.

A fotografia 56 – etiqueta 53 apresenta conjunto contendo quatro fragmentos coletados na 1ª camada, na quadrícula A1. Tais fragmentos apresentam similitude quanto ao tipo de bojo, sendo estes, semiesféricos, e em relação ao tipo de aditivo, areia e quartzo. Todavia, quanto ao tratamento de superfície externa, três fragmentos apresentam acabamento alisado e apenas um desse conjunto, tratamento inciso. Vale destacar, que o primeiro fragmento da fotografia, caracteriza-se como borda/bojo, sendo a borda introvertida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo passou por alterações físico-ambientais consideráveis ao longo do tempo, essas transformações, de uma maneira ou de outra, influenciaram todas as formas de vida no planeta, sendo que um dos fatores resultantes desses processos de mudanças foi o povoamento. Grupos humanos em diversas fases migraram de um continente ao outro, de uma região para outra em busca de recursos que os favorecessem, desde seu modo de vida nômade, de caçador-coletor-pescador, em busca de alimentos, ao desenvolvimento da agricultura, resultando na procura de espaços territoriais com solos férteis, propícios ao desenvolvimento da agricultura incipiente, até períodos mais próximos dos nossos dias atuais, como o período colonial, por exemplo, em que a busca do homem a determinados territórios estava ligada a fatores econômicos. O fato é que o homem desde os seus primórdios, do seu modo de vida mais primitivo até os dias atuais, sempre se sentiu atraído a explorar os locais onde os aspectos físicos-ambientais e socioeconômicos favorecessem sua vida cotidiana.

Sabe-se que o povoamento, não se deu de forma homogênea a nível mundial, e constitui-se como um assunto um tanto controverso, que está longe de ser elucidado, principalmente com relação à ocupação humana em tempos pretéritos no continente americano. Mesmo com várias datações de vestígios arqueológicos e conseqüentemente de teorias estabelecidas sobre a entrada do homem nas Américas, como a Teoria do Clovis, a Teoria da entrada pelo mar e a Teoria das diversas ondas migratórias, (mais amplamente aceitas no ramo científico), ainda existe lacunas a serem preenchidas, principalmente se levada em consideração a datação dos vestígios de fogueira encontrados no Sítio Arqueológico Pedra Furada, localizado no Parque Nacional Serra da Capivara, Sudeste do Piauí, que datam a chegada do homem na América a cerca de 50.000 mil anos atrás.

Apesar das divergências entre cientistas, podemos considerar que o povoamento da América, e respectivamente do Brasil, se deu há milhares de anos atrás, onde os desbravadores percorreram por diversos territórios, cada um com seu estilo de vida

próprio e muitas vezes, tendo que se adaptarem as novas realidades do meio como um todo.

O estado da Bahia, mais especificamente a região extremo oeste da Bahia, teve seu processo de povoamento distinto, onde diferentes grupos étnicos estabeleciam suas habitações ou acampamentos. A região baiana foi habitada primitivamente pelos índios pertencentes ao tronco linguístico Jê e, mais tardiamente, teve seu processo de ocupação marcado pela concessão de sesmarias, na qual as terras eram concedidas aos sesmeiros, sendo que um dos pressupostos exigidos para tal era o cultivo do solo em um período estabelecido de cinco anos, caso contrário, tais terras, deveriam ser devolvidas a Coroa, sendo, portanto denominadas de terras devolutas. Cabe destacar, que apesar das terras serem doadas, os donatários deveria pagar uma quantia a Coroa portuguesa.

Entre os grupos indígenas ceramistas que habitaram o território baiano destacam-se os Tupiguarani e os Aratu, cada um com suas particularidades em se tratando da decoração cerâmica, bem como apresentam similitudes, no que se refere ao hábito de enterrar os mortos, por exemplo. Todavia, os Tupiguarani não possuíam urnas padronizadas para tal, assim como os portadores da denominada Tradição Aratu. Especificamente, em se tratando da ocupação do território Extremo Oeste Baiano, foi bastante diferenciada e certamente os recursos naturais como o Rio São Francisco e o Rio Corrente, favoreciam a vida cotidiana dos grupos que habitaram a região, seja para captação de recursos, ou como vias de acesso a outros territórios, como as regiões onde existia mineração, a qual teve importância significativa na economia colonial do Oeste baiano.

Pode-se dizer que os primeiros colonizadores que chegaram ao Novo Mundo enxergaram a região do Rio São Francisco como um local propício à pastagem e criação de gado, e viram a presença indígena como uma forma de se beneficiarem, passando então a aldeá-los e capturá-los para mão de obra escrava. Todavia, os índios muitas vezes migravam para outros territórios, para fugir dos colonizadores e outras tantas resistiam bravamente, em prol da defesa de suas terras.

Como vimos o Município de Correntina, onde se localiza o sítio em estudo, teve seu processo ocupacional marcado primitivamente pelos índios, todavia, após o período

colonial teve início o desbravamento do território em decorrência do Ciclo do Ouro, por ser uma região banhada por diversas redes hídricas como o Rio Corrente e o Rio das Éguas onde existia o minério, atraindo grande concentração de pessoas para região, transformando-se em povoado, posteriormente, sendo elevada à freguesia, de freguesia a município e de vila a cidade. Todavia, cabe destacar que com a procura exacerbada pelos minerais ocasionou em seu esgotamento e conseqüentemente a migração de boa parte da população que habitava na região.

O município de Correntina caracteriza-se como uma região rica em recursos hídricos e minerais, e todos esses aspectos provavelmente desencadearam o processo de ocupação deste território, desde os primórdios da mais remota antiguidade, tendo em vista a relação homem/ambiente. Tal ocupação é evidenciada através dos vestígios remanescentes desses grupos, encontrados nos espaços territoriais, onde passaram ou se estabeleceram. O material cerâmico coletado no Sítio Arqueológico Daniela, constitui-se como um testemunho da presença de grupos ceramistas na região.

O material cerâmico é proveniente do Diagnóstico Prospectivo seguido do resgate Arqueológico ocorrido no processo de pavimentação de alguns trechos da BR 135, realizado pela Empresa HABITUS, tendo como Coordenador Responsável o Dr. Everson Paulo Fogolari. Tais vestígios foram endossados pelo CAAPA, tendo como responsável a Dr^a. Cleonice Vergne.

Os vestígios cerâmicos foram analisados em laboratório, seguindo as instruções normativas estabelecidas pelo IPHAN referentes aos parâmetros de cautela pautados na seguinte metodologia: limpeza, numeração, acondicionamento e catalogação. Foram analisados 41 fragmentos do Acervo Diagnóstico e 63 fragmentos do Acervo Salvamento por meio da análise tecno-tipológica do material cerâmico: métodos de manufatura, morfologia do fragmento, morfologia da peça, dimensões, decoração e matéria-prima.

De acordo com os resultados obtidos na análise, podemos inferir que o perfil técnico cerâmico do Acervo Diagnóstico do Sítio Arqueológico Daniela corroborou que as peças cerâmicas foram fabricadas predominantemente da seguinte forma: pasta composta de areia e quartzo, e em menor proporção verificou-se o uso dos aditivos,

areia, quartzo e bolo de argila, seguido de areia. Quanto ao tratamento de superfície externa apresenta apenas duas variáveis, o alisado e o inciso, sendo que o alisado aparece em maior proporção, em cerca de 39 (95%) dos vestígios. Em se tratando do tipo de bojo, o semiesférico predomina com 39 (95%) das peças. Apenas 1 (3%) do total de fragmentos analisados (41), apresenta bojo direto e 1 (2%) dos fragmentos não foi identificado.

Cabe destacar, que 9 (22%) dos fragmentos do Acervo Diagnóstico, fazem parte da mesma peça cerâmica, os quais foram reconstituídos hipoteticamente, formando duas peças incompletas que de acordo com as suas formas, referem-se a painéis pequenos.

O material cerâmico proveniente do Salvamento Arqueológico foi coletado em três camadas: na superfície, na camada de limpeza (10 cm de profundidade) e na 1ª camada (20 cm de profundidade), e a maior quantidade dos vestígios cerâmicos foram coletados na 1ª camada perfazendo um total de aproximadamente 30 (47,6%) dos vestígios. A camada de limpeza representa 22 (34,9%) dos fragmentos coletados e em menor quantidade aparece à camada superfície com 11 (17,4%) dos fragmentos.

De um modo geral, o perfil técnico cerâmico do Acervo Salvamento do Sítio Arqueológico Daniela demonstrou que os objetos cerâmicos foram confeccionados predominantemente da seguinte forma: pasta composta de areia e quartzo, tratamento de superfície externo alisado e bojo semiesférico. Foram identificados também, porém em menor proporção a técnica de tratamento de superfície externa escovada e inciso; o uso de areia, quartzo e bolo de argila, e areia como aditivo, além do tipo de bojo direto e esférico. Todavia, vale ressaltar que cerca de 3% dos fragmentos da categoria tipo de bojo, não foram identificados.

As características tecno-tipológicas referentes ao perfil cerâmico do Acervo Diagnóstico, bem como do Acervo Salvamento do Sítio estudado, apresentam similitudes (tipo de pasta, tipo de bojo, decoração, etc.), fato que corrobora que o material cerâmico do Sítio Daniela, coletados nos dois setores, possuem a mesma origem, sendo que possíveis datações destes vestígios podem comprovar ou não, tal hipótese.

Conforme as características observadas no perfil cerâmico, em se tratando da decoração presente nos fragmentos, à técnica de acabamento de superfície por alisamento, constitui-se como uma das características tipicamente pertencente aos grupos portadores da Tradição Aratu. Por outro lado, as peças decoradas com as técnicas incisa e escovada constituem-se como atributos que distinguem traços da cultura Tupiguarani. Partindo desse pressuposto, podemos considerar que o material cerâmico em estudo se caracteriza como pertencentes a duas Culturas Ceramistas distintas: a Tradição Aratu e a Tupiguarani. Todavia, tal hipótese, não exclui a possibilidade de que o material cerâmico em estudo, seja proveniente de outros grupos étnicos, filiado ou não a uma dessas Tradições.

Em suma, pode-se dizer que a cerâmica foi inventada pelo homem primitivo, todavia, faz parte da bagagem cultural de diferentes grupos étnicos, em diferentes períodos da história da humanidade. Modelada primitivamente com técnicas simples, a partir do barro, associada ou não ao uso de temperos na composição da pasta, com o passar do tempo foi evoluindo, ou seja, foram sendo introduzidas novas técnicas e tecnologias no seu processo de fabrico. Todavia, a matéria-prima principal utilizada na confecção, à argila, continuou sendo a mesma, desde a pré-história até os dias atuais. Partindo desse pressuposto, podemos considerar a prática cerâmica como algo ancestral, que se manteve por milhares de anos, sendo passada de geração em geração e conservando traços característicos dos diferentes grupos produtores, que os distinguem dos demais.

A cerâmica envolve tanto uma questão utilitária, quanto simbólica. Pode-se dizer que a cerâmica adquiriu funcionalidades diferenciadas no decorrer do tempo, de acordo com a necessidade e simbolismo dos ceramistas, tais como: estocar alimentos, armazenar água, fermentar bebidas, para cozinhar, como adornos, utilizadas em rituais, como mobiliário fúnebre, e para sepultar mortos, entre outras funções. São comuns, panelas, tigelas, pratos, urnas funerárias, cachimbos, adornos, e etc. Tais peças cerâmicas eram fabricadas, tanto para uso próprio e/ou do grupo, como para ser comercializada, constituindo-se, portanto, um elemento de ampla dispersão cultural, e apesar da fragilidade que se encerra, é capaz de conservar atributos referentes ao processo de fabrico, bem como características identitárias de seus produtores.

Os vestígios cerâmicos, portanto, constituem como um “documento arqueológico” de importância reconhecida por possuir informações referentes a diversos aspectos socioculturais da vida humana. A ciência arqueológica, bem como o profissional arqueólogo, exerce um papel significativo na interpretação de populações pretéritas através da análise dos vestígios cerâmicos, e para isto pode contar com o auxílio e métodos de outras ciências, tanto no processo da análise, como na formulação e armazenamento de dados.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Amelia, et al. **Os povos indígenas no Brasil: Uma História De Resistência**. 1. Ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2010.

ANDRADE, Manoel Correia de Oliveira. **A pecuária no agreste pernambucano**. Tese (Concurso para provimento da cátedra de geografia econômica). Recife: UFPE, 1961.

Associação dos Pequenos Criadores do Fecho de Pasto de Clemente (ACCFC). **Comunidades Tradicionais de Fechos de Pastos e seu modo próprio de convivência e manejo da sociobiodiversidade do cerrado: história, direitos e desafios – Correntina-Bahia**. Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN). 1ª edição, 2017. Prefixo Editorial: 63288. ISBN: 978-85-63288-21-9. Disponível em: <<http://www.ispn.org.br/arquivos/cartilha-fecho-de-pasto-WEB.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2018 às 17h51min.

BARBOSA, Andrea Quaranta, COSTA, Diego Melo et al. **ANÁLISE GERAL DOS PROCESSOS DE FABRICAÇÃO DE MATERIAIS CERÂMICOS PARA O SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL**. In: Interfaces Científicas - Exatas e Tecnológicas • Aracaju • V.2 • N.2 • p. 19 - 26 • Out. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/exatas/article/download/3510/1881>>. Acesso em 07 de junho de 2018 às 21h58min.

BRANDÃO, P. R. B. **Um território indiferenciado dos sertões: a geografia pretérita do Oeste Baiano (1501 -1827)**. Boletim Goiano de Geografia, v.29, n.1, jul, 2009, p. 47-56.

BUCO, Cristiane de Andrade. **Sítios arqueológicos brasileiros | Brazilian archeological sites** textos/texts: Cristiane de Andrade Buco; versão para o inglês/English translation: Jennifer Sarah Cooper, Bethânia Frota, Nilo Frota. Santos, SP: Editora Brasileira de Arte e Cultura, 2014.

CALDERÓN, Valentín. **A pesquisa arqueológica nos estados da Bahia e Rio Grande do Norte**. *Revista Dédalo*, São Paulo, n. 17/18, 1973.

CARVALHO, Ana Magda. **A outra margem do rio: um estudo de fronteiras e etnicidade nos Gerais, Oeste da Bahia**. 1999. Monografia (Graduação em Antropologia, Ciências Sociais)- Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

CARVALHO, Fernando Lins de. **A pré-história sergipana**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2003.

CHMYZ, I. **Terminologia arqueológica Brasileira para a cerâmica**. Paranaguá/PR; Cadernos de Arqueologia, nº 1; 1976.

CRUZ, Maria das Dores, CORREIA, Virgílio Hipólito. **Cerâmica Utilitária: Arqueologia**. 1. ed., Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 2007. Disponível em: <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Download/Normas/ARQ_CeramicaUtilitaria.pdf>. Acesso em: 17 de maio de 2018, às 01h39min.

ETCHEVARNE, C., FERNANDES, L. **Apontamentos para uma Arqueologia do Recôncavo Baiano**. In: CAROSO, C., TAVARES, F., and PEREIRA, C., orgs. *Baía de todos os santos: aspectos humanos* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 28-48. laSBN 978-85-232-1162-2. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/jy7mt/pdf/caroso-9788523211622-03.pdf>>. Acesso em: 07 de maio de 2018, às 21h51min.

ETCHEVARNE, C., PIMENTEL, R. **Patrimônio Arqueológico da Bahia**. / Carlos Etchevarne, Rita Pimentel (organizadores). – Salvador: SEI, 2011.

FOGOLARI, Everson Paulo. **Salvamento Arqueológico e Educação Patrimonial Meta II – Na BR 135 Trecho Cocos a Barreiras/Bahia**. Erechim, Dezembro, 2014.

FUNARI, Pedro Paulo, NOELLI, Francisco Silva. **Pré-história do Brasil**. 3.ed., 1ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2009. (Repensando a História).

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. Censo 2010. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=35733>>. Acesso em: 03 de junho de 2018 às 14h24min.

LEROI-GOURHAN, A.; **Pré-história**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora (EDUSP), 1981.

LIMA, Larissa Ane de Sousa, et al. **Caracterização geomorfológica do município de Correntina, oeste baiano, Escala 1:100.000.**- Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2010. Disponível em: <http://bbeletronica.cpac.embrapa.br/2010/bolpd/bolpd_287.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2018 às 18h24min.

LUNA, Suely, NASCIMENTO, Ana. **Estudo da Cerâmica Arqueológica dos Sítios São José 1 e 2.** Delmiro Gouveia – AL, 2000.

MARTIN, Gabriela. **Pré- História do Nordeste do Brasil.** Editora: UNIVERSITÁRIA UFPE, 1946-1996.

_____. **Pré-história do Nordeste do Brasil** / Gabriela Martin; prefácio de Niède Guidon. -4.ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

MEGGERS, B. EVANS, C. **Como interpretar a linguagem da cerâmica** – Manual para arqueólogos, Washington, D.C.: Smithsonian Institution, 1970.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT Cooperativa de Profissionais em Assessoria e Consultoria Técnica – ASCONTEC. **PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – PTDS.** 1ª Edição, 2010. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio015.pdf>. Acesso em: 06 de maio de 2018, às 18h52min.

OLIVEIRA, CLÁUDIA. A. **Abordagens teóricas dos grupos pré-históricos ceramistas no Nordeste.** In: CANINDÉ, Revista do Museu de Arqueologia de Xingó. Universidade Federal de Sergipe, Nº 1 - Dezembro de 2001.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PROUS, André. **O Brasil Antes dos Brasileiros.** 2ª edição revista. ZAHAR, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2007.

RAMALHO, Juliana Betarello. **O artesanato da pedra lascada no sítio Cajueiro, Correntina-BA: tecnologia lítica.** – Laranjeiras, SE, 2013. Disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2016/03/o_artesanato_da_pedra_lascada_no_siti_o_c.pdf>. Acesso: 02 de junho de 2018 às 14h47min.

REBOUÇAS, Fádía dos Reis, et al. **Análise da Criação do Estado do Rio São Francisco sob a Caracterização Socioeconômica da Região Oeste do Estado da Bahia.** Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiadelapoblacion/33.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2018, às 18h06min.

REIS, Simony Lopes da Silva. **Desenvolvimento e natureza: a dinâmica de ocupação do cerrado e repercussões ambientais na região agroexportadora do oeste baiano.**- Salvador, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/20268/1/Simony_Lopes_Silva_Reis.pdf>. Acesso em: 03 de junho de 2018, às 15h33min.

SANCHES, Cristina Argiles. **DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DE CLUSTERS PRODUTIVOS: O CASO DA AGROINDÚSTRIA DA SOJA NO OESTE DA BAHIA.** Salvador, 2008. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/sites/default/files/publicacao/arquivo/cristina_argules_sanche_s.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2018, às 11h14min.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. **OESTE DA BAHIA: MODERNIZAÇÃO COM (DES)ARTICULAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DE UMA REGIÃO.** Salvador, 2007. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp047872.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

SOBRINHO, José de Sousa. **O camponês geraizeiro no Oeste da Bahia: as terras de uso comum e a propriedade capitalista da terra.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06032013-093947/>. Acesso em: 13 de maio de 2018, às 13h20min.

ZILS, Taina. **Estatuto jurídico das áreas de preservação permanente no município de Correntina no oeste do estado da Bahia: Os excessos da política de preservação.** Brasília – DF, 2016. Disponível em: <repositorio.uniceub.br/handle/235/10507>. Acesso em: 14 de maio de 2018, às 23h33min.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Exibe o Código de Análise de Cerâmica do CAAPA utilizado para caracterização do perfil cerâmico.

Código de Cerâmica – Análise do CAAPA

Morfologia do fragmento	Tipo de aditivo	Engobo preto - 42 - 21	
Borda - 1 BD - 1	Areia - 17 - AE - 1	Não identificado - 43 - 22	
Borda/Bojo - 2 - BB - 2	Areia e Mika - 18 - AM - 2	Linhas pretas - 44 - 23	
Borda/Bojo/Base - 3 - BBS - 3	Cacos triturados cerâmica - 19 - CT - 3		
Bojo/Base - 4 - BS - 4	Bolos de argila - 20 - BA - 4		Tipo de bojo
Bojo - 5 - BJ - 5	Ausente - 21 - AU - 5	Superfície interna	Estérico - 55 - ES - 1
Base - 6 - BS - 6	Areia e quartzo - 6	Roletado - 42 - RO - 1	Semi-esférico - 56 - SE - 2
Asa - 7 - AS - 7	Areia, quartzo e bola de argila - 7	Alisado - 43 - AL - 2	Elipzóide horizontal - 57 - EH - 3
Alça - 8 - AÇ - 8		Polido - 44 - PD - 3	Elipzóide vertical - 58 - EV - 4
Cachimbo - 9 - CH - 9		Pintado de vermelho - 45 - PV - 4	Cilíndrico - 59 - CI - 5
Peso de rede - 10 - PR - 10 -	Superfície externa	Vermelho s/branco - 46 - VB - 5	Cônico - 60 - CN - 6
Residual - 11 RS - 11	Escovado - 22 - EC - 1	Engobo vermelho - 47 - EB - 6	Não Identificado - 61 - NI - 7
Não Identificado - 12	Inciso - 23 - IC - 2	Engobo branco - 48 - EB - 7	Direto - 62 - 8
	Exciso - 24 - EX - 3	Grafitado - 49 - GF - 8	
	Entalhado - 25 - ET - 4	Engobo preto - 50 - 9	
	Roletado - 26 - RO - 5	Não identificado - 51 - 10	
Morfologia da Peça semi e completa	Grafitado - 27 - GF - 6	Corrugado - 52 - 11	
Tijela - 12 - TJ - 1	Corrugado - 28 - CR - 7	Inciso - 53 - 12	Tipo de base
Panela - 13 - PN - 2	Digitado - 29 - DG - 8	Escovado - 55 - 13	Plana - 62 - PL - 1
Urna - 14 - UR - 3	Impresso - 30 - IS - 9		Cônica - 63 - CC - 2
Peso de rede - 15 - PR - 4	Ponteado - 31 - PT - 10		Plano Côncava - 64 - PC - 3
Cachimbo - 16 - CH - 5	Serrungulado - 32 - SG - 11		Convexa - 65 - CX - 4
Não Identificado - 17 - 6	Ungulado - 33 - UG - 12	Tipo de borda	Em pedestal - 66 - PE - 5
Roda de Fuso - 7	Alisado - 34 - AL - 13	Direta - 50 - DR - 1	Cônica - 67 - CO - 6
	Polido - 35 - PD - 14	Extrovertida - 51 - EX - 2	Não identificado - 68 - NI - 7
	Pintado vermelho - 36 - PV - 15	Introvertida - 52 - IT - 3	
	Engobo vermelho - 37 - EV - 16	Reforçada internamente - 53 - RI - 4	
	Engobo Branco - 38 - EB - 17	Reforçada externamente - 54 - RE - 5	
	Vermelho s/branco - 39 - VB - 18	Não identificado - 55 - 6	
	Branco s/vermelho - 40 - BV - 19		
	Aplique - 41 - AQ - 20		

Apêndice B – Apresenta a Ficha de Material Cerâmico de Tombamento do Acervo Diagnóstico da BR 135.

CAAPA-Tombamento Acervo Diagnóstico BR 135

Ficha de material Cerâmico

Nome do sítio: Daniela

Data: 03/05/2015

Cx	Sítio	Município	Edif.	Sector	Camd	Quad	Vestígio	Quant.	Morf. frg.	Morf. frg. sem/comp	Tipo aditivo	Sup. Ext.	Sup. Int.	Tipo Borla	Tipo Bojo	Tipo Base	Peso (Kg)	Comp.	Larg.	Esp.	Obs.
	Daniela	Correntina	427	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	2	-	0.012	3,1	2,7	1,1	
	Daniela	Correntina	428	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	1	13	10	-	2	-	0.015	3,5	2,5	1,3	
	Daniela	Correntina	429	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	6	13	10	-	2	-	0.014	2,9	3,0	0,9	
	Daniela	Correntina	430	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	2	-	0.011	3,7	3,0	1,0	
	Daniela	Correntina	431	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	2	-	0.019	3,5	3,2	1,4	
	Daniela	Correntina	432	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	7	13	12	-	2	-	0.015	5,5	2,7	1,1	
	Daniela	Correntina	433	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	2	-	0.038	7,4	3,7	1,3	
	Daniela	Correntina	434	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	7	13	2	-	2	-	0.031	5,7	3,6	1,7	
	Daniela	Correntina	435	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	2	-	0.030	4,5	3,5	1,8	
	Daniela	Correntina	436	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	2	-	0.016	4,6	4,1	1,4	
	Daniela	Correntina	437	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	1	13	10	-	2	-	0.022	5,1	3,4	1,4	
	Daniela	Correntina	438	1	Superfície	-	Cerâmica	1	2	2	6	13	2	3	2	-	1.217	22,8	12,6	1,0	Peça incom.
	Daniela	Correntina	439	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	7	13	2	-	2	-	0.021	4,8	3,4	1,4	
	Daniela	Correntina	440	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	8	-	0.006	2,5	2,1	1,1	
	Daniela	Correntina	441	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	2	-	0.019	3,9	2,9	1,9	
	Daniela	Correntina	442	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	7	13	2	-	2	-	0.022	6,7	5,3	1,0	
	Daniela	Correntina	443	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	2	-	0.029	4,7	4,1	1,6	
	Daniela	Correntina	444	1	Superfície	-	Cerâmica	1	2	2	6	13	2	3	2	-	1.217	22,8	12,6	1,0	Peça incom.
	Daniela	Correntina	445	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	7	13	2	-	2	-	0.022	4,5	4,0	1,4	
	Daniela	Correntina	446	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	2	-	0.031	5,0	3,7	1,4	
	Daniela	Correntina	447	1	Superfície	-	Cerâmica	1	1,7	6	6	13	2	1	7	-	0.075	6,7	3,5	2,1	
	Daniela	Correntina	448	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	6	2	2	-	2	-	0.022	4,1	3,7	1,5	
	Daniela	Correntina	449	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	6	13	10	-	2	-	0.035	6,4	4,8	1,3	
	Daniela	Correntina	450	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	2	-	0.019	4,8	3,2	0,9	
	Daniela	Correntina	451	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	2	-	0.016	5,3	2,8	1,0	
	Daniela	Correntina	452	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5,7	6	6	13	2	-	2	-	0.031	4,7	4,1	1,0	
	Daniela	Correntina	453	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	6	13	10	-	2	-	0.020	4,0	2,9	1,3	
	Daniela	Correntina	454	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	7	2	2	-	2	-	0.021	4,1	3,1	1,5	
	Daniela	Correntina	456	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	7	13	2	-	2	-	0.017	3,5	2,9	1,7	
	Daniela	Correntina	457	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	2	-	0.017	4,8	3,5	1,0	
	Daniela	Correntina	458	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	2	-	0.045	5,6	5,3	1,3	
	Daniela	Correntina	460	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	2	-	0.049	6,6	4,2	1,6	
	Daniela	Correntina	462	1	Superfície	-	Cerâmica	1	2	2	6	13	2	3	2	-	1.217	22,8	12,6	1,0	Peça incom.
	Daniela	Correntina	463	1	Superfície	-	Cerâmica	1	2	2	6	13	2	3	2	-	1.217	22,8	12,6	1,0	Peça incom.
	Daniela	Correntina	464	1	Superfície	-	Cerâmica	1	2	2	6	13	2	3	2	-	1.217	22,8	12,6	1,0	Peça incom.
	Daniela	Correntina	465	1	Superfície	-	Cerâmica	1	2	2	6	13	2	3	2	-	1.217	22,8	12,6	1,0	Peça incom.
	Daniela	Correntina	466	1	Superfície	-	Cerâmica	1	2	2	6	13	2	3	2	-	1.217	22,8	12,6	1,0	Peça incom.
	Daniela	Correntina	467	1	Superfície	-	Cerâmica	1	2	2	6	13	2	3	2	-	1.217	22,8	12,6	1,0	Peça incom.
	Daniela	Correntina	469	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	6	13	10	-	2	-	0.031	5,2	3,8	1,6	
	Daniela	Correntina	470	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	2	-	0.075	8,0	6,0	1,5	
	Daniela	Correntina	471	1	Superfície	-	Cerâmica	1	2	2	6	13	2	3	2	-	1.217	22,8	12,6	1,0	Peça incom.

Apêndice C – Refere-se à Ficha de Material Cerâmico de Tombamento do Acervo Salvamento da BR 135.

CAAPA-Tombamento Acervo Salvamento BR 135

Ficha de material cerâmico

Nome do sítio: Daniela

Data: 30/03/2015

Cx	Sítio	Município	Esp.	Setor	Camd	Quad	Vestígio	Quant.	Morf.Orig.	Morf.Orig. sem/comp	Tipo afirmo	Sop. Ext.	Sop. Int.	Tipo Borda	Tipo bojo	Tipo Base	Peso (Kg)	Comp.	Larg.	Esp.	Obs.
	Daniela	Correntina	8	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	8	-	0.014	3,6	2,6	1,3	
	Daniela	Correntina	8/1	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	6	22	2	-	2	-	0.011	3,7	2,3	1,4	
	Daniela	Correntina	8/2	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	6	22	2	-	2	-	0.052	6,2	5,3	1,5	
	Daniela	Correntina	8/3	1	Superfície	-	Cerâmica	1	2	6	6	22	2	3	2	-	0.048	6,0	5,6	1,2	
	Daniela	Correntina	8/4	1	Superfície	-	Cerâmica	1	2	6	6	13	2	1	7	-	0.007	3,3	2,7	0,8	
	Daniela	Correntina	9	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	2	-	0.031	5,1	4,0	1,1	
	Daniela	Correntina	9/1	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	1	13	2	-	2	-	0.012	3,8	2,7	1,2	
	Daniela	Correntina	9/2	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	6	22	2	-	2	-	0.014	3,3	3,3	1,1	
	Daniela	Correntina	9/3	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	6	22	10	-	2	-	0.029	4,8	4,5	1,2	
	Daniela	Correntina	9/4	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	7	2	2	-	2	-	0.032	5,0	3,3	2,1	
	Daniela	Correntina	9/5	1	Superfície	-	Cerâmica	1	5	6	7	22	2	-	2	-	0.080	6,9	6,1	1,7	
	Daniela	Correntina	13	1	Limpeza	CD 5/4	Cerâmica	1	5	6	6	22	2	-	8	-	0.011	3,2	2,9	1,2	
	Daniela	Correntina	18	1	Limpeza	JL 1/2	Cerâmica	1	5	6	7	22	2	-	2	-	0.052	8,2	4,1	1,3	
	Daniela	Correntina	18/1	1	Limpeza	JL 1/2	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	2	-	0.031	6,0	4,1	1,1	
	Daniela	Correntina	18/2	1	Limpeza	JL 1/2	Cerâmica	1	5	6	7	13	2	-	2	-	0.014	3,6	3,1	1,1	
	Daniela	Correntina	18/3	1	Limpeza	JL 1/2	Cerâmica	1	5	6	7	22	2	-	2	-	0.007	4,5	2,3	0,8	
	Daniela	Correntina	18/4	1	Limpeza	JL 1/2	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	2	-	0.005	3,0	1,7	0,8	
	Daniela	Correntina	18/5	1	Limpeza	JL 1/2	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	8	-	0.021	4,1	3,3	1,3	
	Daniela	Correntina	18/6	1	Limpeza	JL 1/2	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	8	-	0.007	2,9	2,5	0,9	
	Daniela	Correntina	18/7	1	Limpeza	JL 1/2	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	2	-	0.045	5,8	4,7	1,4	
	Daniela	Correntina	18/8	1	Limpeza	JL 1/2	Cerâmica	1	5	6	6	13	10	-	7	-	0.022	3,7	3,2	1,4	
	Daniela	Correntina	18/9	1	Limpeza	JL 1/2	Cerâmica	1	5	6	7	13	2	-	2	-	0.101	9,9	7,1	1,1	
	Daniela	Correntina	19	1	Limpeza	JL 1/2	Cerâmica	1	5	6	7	22	2	-	2	-	0.129	11,2	7,8	1,1	
	Daniela	Correntina	20	1	Limpeza	JL 1/2	Cerâmica	1	5	6	6	22	2	-	2	-	0.035	5,4	4,8	1,6	
	Daniela	Correntina	20/1	1	Limpeza	JL 1/2	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	2	-	0.017	5,0	3,9	0,7	
	Daniela	Correntina	21	1	Limpeza	JL 1/2	Cerâmica	1	5	6	6	22	2	-	2	-	0.129	10,6	7,1	1,3	
	Daniela	Correntina	21/1	1	Limpeza	JL 1/2	Cerâmica	1	5	6	6	22	2	-	2	-	0.009	3,3	2,6	1,1	
	Daniela	Correntina	21/2	1	Limpeza	JL 1/2	Cerâmica	1	5	6	7	22	2	-	8	-	0.026	4,2	4,0	1,4	
	Daniela	Correntina	21/3	1	Limpeza	JL 1/2	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	2	-	0.007	3,4	1,9	1,0	
	Daniela	Correntina	26	1	Limpeza	JL 5/6	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	2	-	0.065	7,8	6,1	1,2	
	Daniela	Correntina	26/1	1	Limpeza	JL 5/6	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	2	-	0.064	6,7	6,2	1,2	
	Daniela	Correntina	28	1	1ª	AB 1/2	Cerâmica	1	5	6	7	13	2	-	2	-	0.050	7,0	4,6	1,1	
	Daniela	Correntina	28/1	1	1ª	AB 1/2	Cerâmica	1	5	6	7	13	2	-	2	-	0.023	5,0	4,3	1,2	
	Daniela	Correntina	28/2	1	1ª	AB 1/2	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	2	-	0.050	6,2	3,2	1,7	
	Daniela	Correntina	41	1	1ª	JL 1/2	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	2	-	0.026	5,5	4,8	0,7	
	Daniela	Correntina	41/1	1	1ª	JL 1/2	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	2	-	0.013	3,6	3,2	1,3	
	Daniela	Correntina	41/2	1	1ª	JL 1/2	Cerâmica	1	5	6	6	22	2	-	2	-	0.048	7,7	6,2	1,1	
	Daniela	Correntina	41/3	1	1ª	JL 1/2	Cerâmica	1	5/8	6	6	13	2	-	2	-	0.028	6,7	4,0	2,0	
	Daniela	Correntina	42	1	1ª	JL 1/2	Cerâmica	1	5	6	7	13	2	-	2	-	0.015	4,0	2,9	1,5	
	Daniela	Correntina	42/1	1	1ª	JL 1/2	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	2	-	0.010	4,2	3,3	0,6	
	Daniela	Correntina	42/2	1	1ª	JL 1/2	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	1	-	0.032	5,8	4,7	1,0	
	Daniela	Correntina	42/3	1	1ª	JL 1/2	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	2	-	0.038	4,3	4,1	2,0	
	Daniela	Correntina	42/4	1	1ª	JL 1/2	Cerâmica	1	5	6	6	13	10	-	2	-	0.060	7,7	4,4	1,5	
	Daniela	Correntina	42/5	1	1ª	JL 1/2	Cerâmica	1	5	6	6	13	2	-	8	-	0.008	3,3	1,6	1,3	

